



CENTRO DE ESTUDO SUPERIORES DE ITAITUBA- CESUPI

FACULDADE DE ITAITUBA – FAI

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

**OS DESAFIOS DO TÉCNICO EDUCACIONAL NA
FUNÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO EM
ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE
ITAITUBA/PA**

JANEIVA LAMEIRA SANTIAGO



ITAITUBA – PA
2016

JANEIVA LAMEIRA SANTIAGO

**OS DESAFIOS DO TÉCNICO EDUCACIONAL NA
FUNÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO EM
ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE
ITAITUBA/PA**

Monografia de Graduação do Curso de Licenciatura Plena
em Pedagogia apresentada à Faculdade de Itaituba para
obtenção do título de Licenciada Plena em Pedagogia.

Orientadora:

Profª Elina Renilde de Oliveira Ribeiro, Especialista.

ITAITUBA – PA
2016



FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
Autorizado e credenciado – Portaria MEC Nº2557 de 15/09/2003.
Av. Governador Fernando Guilhon, 895
Jardim das Araras- Itaituba – Pará
Site: www.unifaitb.edu.br/ Email: fai@unifaitb.edu.br

Acadêmica: JANEIVA LAMEIRA SANTIAGO

TÍTULO: OS DESAFIOS DO TÉCNICO EDUCACIONAL NA FUNÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO EM ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE ITAITUBA/PA

Monografia de Graduação apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Itaituba, para obtenção do título de Licenciada Plena em Pedagogia, sob a orientação da Profª Esp. Elina Renilde de Oliveira Ribeiro.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____

Profº Dr. Francisco Cláudio de Sousa Silva.

Orientadora: _____ Nota: _____

Profª Esp. Elina Renilde de Oliveira Ribeiro.

Avaliador: _____ Nota: _____

Prof. Msc. Vítor Hugo Jara Leite.

Resultado: _____ Média: _____

Data: 13 de agosto de 2016.

A minha família, em especial a minha mãe, Maria Nivea e ao meu pai Jerônimo, pelo amor e apoio que me ofereceram. Dedico-lhes essa conquista como gratidão por tudo que fizeram por mim.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a Deus por ter me dado coragem e sabedoria durante todas as etapas desse trabalho.

À minha família na pessoa de minha mãe, a minha mãe Maria Nívea, que sempre "pegou no meu pé" para que eu não desistisse, a meu pai, Jerônimo, que não é de muitas palavras, mas me ajudou financeiramente.

Aos meus irmãos Raimundo, Nidia e Idalécio pelo incentivo e apoio durante essa fase da minha vida. Obrigado por tudo!

A minha orientadora, professora Elina Renilde de Oliveira Ribeiro, pela sua sabedoria, experiência e paciência. O meu muito obrigado por me conduzir na elaboração desse trabalho.

A meus professores do curso de Pedagogia: Vanda, Antoniel, Dhemesbraene, Francisco Cláudio, Elizana, Ricardo Nei, Raimundo Reis, Euricléia, Diomark, Gislainy, Ordoênia, Hena, Elenilda, Mara, Adriana Figueiredo, Joelma, e Joaci Castro. Agradeço a paciência, incentivo, apoio, dedicação, respeito e amizade durante esses quatro anos da minha vida.

Aos meus amigos de Curso: Ana Paula, Lucinete, Anderson, Priscilla, Juliana, e Andreia, pelas horas que passamos juntos e principalmente pela amizade verdadeira que irei levar para toda minha vida.

Agradeço a Faculdade que ofereceu todos os recursos pedagógicos, pela flexibilidade e oportunidade de fazer um curso na minha cidade e principalmente por ter proporcionado os melhores quatros anos da minha vida, pois ao entrar nesta instituição conheci pessoas, vivi aventuras com amigos e principalmente adquirir novos conhecimentos. Muito obrigado e que vocês continuem realizando os sonhos de outras pessoas!

Às técnicas educacionais Ana Paula, Francisca, Lídia e Odenilce que me acolheram muito bem nas escolas e disponibilizaram de um tempo para me conceder as entrevistas. O meu muito obrigado!

A presença do pedagogo escolar torna-se, pois, uma exigência dos sistemas de ensino e da realidade escolar, tendo em vista melhorar a qualidade da oferta de ensino para a população. (LIBÂNEO, 2010:62)

SANTIAGO, Janeiva Lameira. OS DESAFIOS DO TÉCNICO EDUCACIONAL NA FUNÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO EM ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE ITAITUBA/PA. Monografia do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Itaituba - CCPP da FAI, Itaituba- Pará. 2016.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar os desafios vivenciados pelos técnicos educacionais enquanto supervisores e orientadores nas escolas de ensino fundamental do município de Itaituba/PA. Compreende-se o técnico educacional como aquele que está em compromisso com alunos, com a comunidade, com o gestor e com os professores, realizando atividades que possibilitem o trabalho coletivo dos membros do sistema escolar, e que contribui para um ensino de qualidade pautado no sistema democrático. Como procedimento metodológico utilizou-se uma pesquisa bibliográfica tomando como referência alguns autores que tratam do tema. Utilizou-se ainda uma pesquisa de campo e por meio de entrevistas ouviu-se as concepções de quatro técnicas que atuam na parte pedagógica das escolas públicas de ensino fundamental de Itaituba/PA. Concluiu-se, portanto que os técnicos desenvolvem diversas funções que vão desde a participação na elaboração do PPP da escola ao atendimento aos professores e alunos. Além de sofrerem algumas vezes por não terem seus trabalhos compreendidos por parte dos professores. E que no decorrer de suas funções eles perpassam por muitos desafios por não conseguirem definir suas funções assim como não possuem um espaço adequado para prestar atendimento ao corpo docente a alunos e familiares dos mesmos.

Palavras-chaves: Técnico Educacional. Supervisão Educacional. Orientação Educacional. Coordenação Pedagógica. Escolas públicas.

SUMÁRIO

RESUMO

LISTA DE QUADROS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE SIGLAS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....11

1 CONCEPÇÕES HISTÓRICAS DO TRABALHO DE SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL.....13

1.1 ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL.....13

1.1.1 Supervisão Educacional.....13

1.1.2 Orientação Educacional.....16

1.2 AS BASES LEGAIS DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO.....19

1.3 COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....24

2 TÉCNICO EDUCACIONAL: RESIGNIFICANDO SEU PAPEL NO COTIDIANO ESCOLAR.....30

2.1 ATRIBUIÇÕES DO TÉCNICO EDUCACIONAL NO ESPAÇO ESCOLAR.....30

2.1.1 Papel do técnico educacional enquanto supervisor escolar.....31

2.1.2 Papel do técnico educacional enquanto orientador escolar.....36

2.2 O TÉCNICO EDUCACIONAL E O TRABALHO COLETIVO.....40

2.3 DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO TÉCNICO EDUCACIONAL 42

3 OS DESAFIOS DO TÉCNICO EDUCACIONAL NA FUNÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO EM ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE ITAITUBA/PA.....46

3.1 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....46

3.2 PERFIS DAS ENTREVISTADAS.....47

3.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ESCOLAS ONDE ATUAM AS TÉCNICAS.....48

3.4 OLHARES DAS TÉCNICAS EDUCACIONAIS.....51

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....60

BIBLIOGRAFIA.....62

APÊNDICES.....66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Perfis dos entrevistados.....	47
Quadro 2. Atividades desenvolvidas pelos técnicos educacionais.....	51
Quadro 3.Os técnicos e uma visão ampliada sobre suas condições de trabalho ...	52
Quadro 4. Enquanto pedagogo na atualidade, você acredita que precisa rever seus conhecimentos?	57
Quadro 5. O que é necessário para melhorar sua atuação?	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Critérios/valores fundamentais para ocupar o cargo de Técnico Educacional.....	54
Gráfico 2. Desafios enfrentados pelo técnico educacional.....	54
Gráfico 3. A quem ou a que recorre quando precisa de ajuda/trocar experiências.....	55

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este estudo ressalta o trabalho dos técnicos Educacionais na função de orientação e supervisão nas instituições de ensino fundamental da rede pública do município de Itaituba/PA. Teve por objetivo analisar os desafios vivenciados por esses profissionais no âmbito escolar.

Compreende-se o técnico educacional como aquele que está em compromisso com alunos, com a comunidade, com o gestor e com os professores, realizando atividades que possibilitem o trabalho coletivo dos membros do sistema escolar, e que contribui para um ensino de qualidade pautado no sistema democrático onde o conhecimento de todos é levado em consideração em prol de alcançar um objetivo comum.

O técnico educacional desenvolve uma série de funções, dentre elas a supervisão e a orientação, e nestas duas ele encontra-se compromissado com a formação humana onde visa uma sociedade mais igualitária e onde os valores são levados em consideração. O técnico enquanto orientador trabalha diretamente com os alunos buscando auxiliá-los em seus conflitos direcionando-os para escolha de mudança de atitudes pautada nos princípios morais da sociedade. Já esse mesmo profissional enquanto supervisor trabalha com os professores em prol de alcançar uma educação de qualidade onde os desafios possam sempre ser superados.

A justificativa para a escolha do tema se deu baseada na realização dos estágios de supervisão e orientação na presença de técnicos educacionais. Durante o período do estágio, os técnicos sempre reclamavam do excesso de trabalho que eles desempenhavam acompanhando professores, alunos, e ainda atender os pais e auxiliar na parte administrativa da escola, e que o trabalho de um dia nunca era realizado 100%, sempre acumulava serviço para outro dia.

Dessa forma, para o desenvolvimento dessa pesquisa foi elaborado as seguintes questões que serviram de direcionamento à construção do estudo: Quais as atividades mais desenvolvidas pelo técnico educacional nas escolas públicas? Como é compreendido o trabalho do técnico educacional nas escolas? Quais os desafios que mais se apresentam no exercício da função do técnico nas escolas públicas?

Como procedimento metodológico utilizou-se uma pesquisa bibliográfica tomando como referência alguns autores como, por exemplo, BRZEZINSKI (2010), LOMONICO (2000), ALMEIDA (2010), LÜCK (2005, 2008, 2010, 2011), GIACAGLIA e PENTEADO (2010), CLEMENTI (2010), ORSOLON (2010) e ALVES (2010), dentre outros que ajudaram a dar embasamento à construção deste Trabalho de Conclusão de Curso. Como pesquisa de campo e por meio de entrevista ouviu-se as concepções de quatro técnicas que atuam na parte pedagógica das escolas públicas de ensino fundamental de Itaituba/PA.

Este Trabalho também se encontra estruturado em três capítulos. O primeiro trata-se das concepções históricas do trabalho de supervisão e orientação educacional e as bases legais da formação do pedagogo segundo a legislação e a diretrizes para o Curso de Pedagogia e faz uma breve definição e conceituação da coordenação pedagógica.

O segundo capítulo destaca o papel do técnico educacional enquanto supervisor e orientador, dar ênfase ao trabalho coletivo e aos desafios vivenciados pelos técnicos educacionais e o último capítulo faz-se a análise de dados coletados a partir das informações das técnicas entrevistadas.

1 CONCEPÇÕES HISTÓRICAS DO TRABALHO DE SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

1.1 ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

A evolução do curso da Pedagogia é que direciona o trabalho dentro das instituições, Todas as transformações que ocorreram e ocorrem até hoje na grade curricular do curso servem para designar as ações e as funções pedagógicas dentro das escolas.

Nas décadas de 1970 e 1980 com os avanços das tecnologias, os setores buscaram as qualificações de seus profissionais e na escola não foi diferente. Viu-se a necessidade de preparar cursos de capacitação que se adequasse ao novo modelo da sociedade, preparando assim profissionais capazes de se adequar em qualquer ambiente. "Como resposta a este desafio, escolas e instituições de educação profissional buscaram diversificar programas e cursos profissionais, atendendo novas áreas e elevando os níveis de qualidade da oferta". (BRASIL, 1999:3).

Esses fios condutores históricos levam a compreender por que talvez seja tão complicado, ainda hoje, entender e delimitar o campo da ação educativa dos profissionais que atuam na dimensão pedagógica do espaço escolar, ou seja, compreender a função do técnico educacional enquanto supervisor e orientador escolar.

1.1.1 Supervisão Educacional

O serviço de supervisão existe desde a pré-história quando os homens precisavam utilizar seus conhecimentos para se manter com os recursos da natureza e desta forma surgia a função supervisora pois, o mais experiente da tribo ensinava os demais a utilizarem os recursos da natureza.

Na antiguidade e na Idade média vão surgir às primeiras escolas e neste primeiro modelo de escola já surge à figura de supervisor. Porém, a supervisão possui outra função que é a fiscalização, em que o supervisor deveria impedir que os alunos fizessem algo de errado e se esses fizessem, cabia ao supervisor corrigir esses alunos através de castigos.

Desse modo, a supervisão escolar teve várias funções durante todos esses anos, devido o rumo que tomava a educação. A mesma já foi utilizada como forma de inspeção. Nesse sentido, veio para fiscalizar os trabalhos dos professores. Nessa atribuição, o profissional vigiava os professores para que desenvolvessem seus trabalhos da melhor forma possível. EDY PRZYBYLSKI (1976) *apud* LOMONICO (2000:11) caracterizou a função de supervisão como:

Supervisão escolar é o processo que tem como objetivo prestar ajuda técnica no planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades educacionais em nível de sistema ou unidade escolar, tendo em vista o resultado das ações pedagógicas, o melhor desempenho e aprimoramento permanente do pessoal envolvido na situação ensino-aprendizagem.

O autor retrata dessa forma que, a supervisão na escola vem auxiliar e fiscalizar o desenvolvimento das tarefas realizadas no espaço escolar, fazendo com que os profissionais da educação trabalhem de acordo com que foi planejado. Ao mesmo tempo dando oportunidades para que os profissionais da educação prossigam em seus estudos em busca sempre de aprimoramento de suas técnicas pedagógicas.

O surgimento da profissão de supervisão surgiu na Revolução Industrial. A mesma ocorria nas fábricas onde esses profissionais fiscalizavam a produção e os operários.

Com a Revolução Industrial ocorrem mudanças radicais na administração das empresas, que foram obrigadas a dividir o processo industrial em fases de marketing, concepção, projeto, aquisição, produção e comercialização [...]. Aparecem os supervisores para controlar as atividades de produção, escolha da matéria prima e seleção dos produtos, agora não mais donos de seus equipamentos e matéria-prima, mas ainda mais possuidores da habilidade, experiência e conhecimento. Os artesãos, que foram patrões, transformaram-se em empregados e passaram a se preocupar apenas com a execução dos seus serviços, conforme determinado pelo supervisor, utilizando a matéria-prima que lhes era fornecida pelo departamento de suprimentos. (AILDEFONSO, 2006.5).

O supervisor das fábricas tem a estratégia de controlar os afazeres dos artesãos, impedindo desperdícios de materiais e de horas de serviços. Desse modo, conseguiriam manter a alta produtividade e produtos de qualidade. Não âmbito escolar a função era a mesma: garantir um ensino de qualidade e garantir a ordem e funcionamento das instituições.

De 1930 a 1950 a supervisão educacional sofreu várias mudanças, pois esses profissionais tinham que se adaptar as novas demandas da sociedade. Impulsionada pela Era Vargas e pelo novo modelo de escola, o país ingressava num processo de modernidade. Logo, era necessário mudar a forma de ver a supervisão que mantinha os laços dos tempos dos jesuítas.

O movimento da Escola Nova formado por educadores que traduziram os ideais liberais na defesa de uma escola pública para todos e que se empenharam em dar novos rumos à educação, questionava o tradicionalismo pedagógico enquanto a Igreja, no seu confronto com o estabelecimento desses novos modelos para a educação, se colocava no lado oposto. Essas duas vertentes de pensamento polarizaram os debates sobre a educação na década de 1930, e os embates que elas travaram tornam evidente a diversidade de interesses que abrangia a educação escolarizada naquele momento. (ANDREOTTI, 2006:4).

Desta forma por volta de 1942 foi acrescentada à supervisão educacional o caráter de orientação pedagógica e administrativa. Segundo RANGEL (2011:38), isso se deu por meio da Lei Orgânica do Ensino Secundário, com a promulgação do Decreto-Lei nº 4.244/1942. Esse Decreto definia os lugares onde a inspeção poderia ocorrer e suas limitações. "Nos anos de 50, em nosso cenário educacional, a inspeção dá lugar ao surgimento da Supervisão escolar, com o objetivo de estabelecer uma política desenvolvimentista e promover uma transformação social." (OLIVEIRA; CORRÊA, 2011:38).

Agora com os lugares de inspeção definidos ficava claro o lugar onde esse profissional iria atuar e qual seria sua função na escola. Após essas determinações surge a primeira turma de supervisores escolares realizadas pelos cursos de aperfeiçoamento oferecido pelo programa Americano Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar (Pabae).

O PABAE tinha por objetivo 'treinar' os educadores brasileiros a fim de que estes garantissem a execução de uma proposta pedagógica voltada para a Educação tecnicista¹, dentro dos moldes norte-americanos. Alguns estados brasileiros como Minas Gerais, Goiás e São Paulo foram os principais 'executores' do Programa, porém esta tendência influenciou a educação e a função do Supervisor Escolar em todo o país. (ROLLA, 2006:18)

Segundo a autora, através da PABAE capacitou-se os profissionais para trabalharem diretamente com os professores controlando-os e fazendo com que cumprissem as normas das instituições escolares.

Desse modo, atentando para o século XXI, a Supervisão Educacional tomou novos rumos sem deixar de lado alguns princípios antigos. O supervisor nos dias atuais visa à inspeção sim, todavia, deve trabalhar com o professor não criticando seus afazeres, mas sim orientando e prestando auxílio nas dificuldades dos professores.

A despeito das dificuldades conceituais, é importante estabelecer o significado último do trabalho de supervisão, qual seja, oferecer orientação e assistência aos professores nas dificuldades que enfrentam no seu cotidiano escolar, mantendo com eles um relacionamento próximo num ambiente de colaboração e respeito mútuo. (ALONSO; FERREIRA, 2006:171).

Os autores deixam claro o trabalho do supervisor nos dias atuais, e evidencia a relação que o mesmo deve ter com os professores que é o de dar apoio aos serviços dos educadores, sem esquecer que esses profissionais estão atuando nas áreas que são habilitados. Eles conhecem e dominam suas práticas pedagógicas e por isso ele apenas trará ferramentas que ajudará o professor a compreender o porquê do problema.

É por essa razão que o supervisor deve conhecer e trabalhar integrado a todo o sistema de ensino e não delimitar seu trabalho apenas ao apoio pedagógico.

1.1.2 Orientação Educacional

A palavra orientação, segundo FERREIRA (2000:502) significa "ato ou arte de se orientar, impulso direção", ou seja, direcionar algo ou alguém para um determinado lugar. Levando em consideração a articulação da palavra "orientação" ao termo "educacional" que é "ato ou processo de educar-se", o que se encontra no dicionário é que a palavra Orientação Educacional se faz por meio de diálogos entre uma pessoa mais experiente e outra inexperiente, onde essa por sua vez irá instruir um indivíduo de acordo com seus costumes e valores visando o seu desenvolvimento moral e intelectual.

Partindo deste pressuposto a Orientação Educacional - OE encontra-se diretamente ligada à escola, uma vez que ela servirá para conduzir e direcionar os discentes para os estudos. Faz com que esses alunos não desviem seus caminhos da escola e que se mantenham sempre em busca de seus objetivos sem deixar de lado os seus princípios morais.

Nos primeiros tempos e ainda hoje em civilizações menos sofisticadas, toda socialização era feita de maneira informal, se bem que dentro dos parâmetros de tradições bem estruturadas, ficando tal educação, circunscrita ao ambiente familiar ou próxima a ele. [...] graças as suas habilidades, interesse possibilidade ou autoridade para exercício desse papel. O processo que incluía, indissolivelmente, tanto a educação como a orientação era dirigido a apenas um ou poucos educandos simultaneamente. (GIACAGLIA; PENTEADO, 2010:3).

Segundo o pensamento dos autores pode-se dizer que a Orientação Educacional existe há muito tempo. Todavia, a orientação teve seu início voltado para a orientação informal que é aquela em que os mais velhos passam seus conhecimentos para seus filhos e netos, essa por sua vez é constituída fora da instituição escolar. Contudo, essa orientação ocorria de acordo com a realidade social em que o indivíduo encontrava-se inserido e com o decorrer do tempo a visão de educação foi se modificando e tendo que se adaptar de acordo com as necessidades sociais e políticas.

A Revolução Industrial e o movimento da educação compulsória nos EUA, influenciou diretamente no conceito de Orientação. Nesse período a OE, era indispensável na nova educação. Contudo, suas finalidades seriam outras, surgindo assim diversos pensamentos sobre orientação, segundo ZIPPIN (2012:30) “por volta de 1920 à orientação aparece no cenário educacional brasileiro timidamente associado à orientação profissional, mas a mesma não conseguiu ter um direcionamento dentro da escola”.

Para o autor, o serviço de orientação educacional nesse período, se fez pela necessidade de mão de obra qualificada logo o trabalho de orientação era realizado pelas empresas. Nesse contexto, foram responsáveis por garantir essa mão de obra onde a mesma teria que treinar os alunos para os novos modelos de trabalhos. Logo depois, esse trabalho passa a ser agenciado pelas escolas.

Embora em suas origens circunscrita e intimamente ligada a OV e à Orientação Profissional, compartilhando das finalidades, dos métodos e das técnicas propostas para elas, a OE, foi, aos poucos, adquirindo vida própria. Ela aumentou sua área de atuação até então limitada à OV, para incluir outros tipos de orientação aos alunos. (GIACAGLIA; PENTEADO, 2010:8)

O que ocorreu a partir desse momento é que a orientação educacional passou a se preocupar mais com os alunos principalmente com os alunos que não estavam se adaptando ao novo modelo de educação, e agora ela iria satisfazer as

necessidades desses futuros profissionais, e umas de suas estratégias seria a área da Psicologia.

Desta forma surge a orientação vocacional, onde o orientador teria que analisar dos requisitos de cada função para só então dizer quais as características deveria possuir cada indivíduo para poder colocar no lugar certo, ou seja, orientar os jovens para uma profissão. Desse modo, URBANETZ (2008:15) ressalta que “uma das premissas da modernidade era a formação do homem certo para o lugar certo”.

Nesse período, a orientação vocacional tinha por obrigação acabar com os conflitos que assustavam os alunos e desviavam para o caminho errado ou que tirasse o aluno da escola, mas para que isso ocorresse era preciso que esse profissional se especializasse para atender as necessidades que surgiam.

Foi assim que, ao final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, ampliada a divisão do trabalho no interior da escola, quase ocorreu a perda da especificidade da profissão, pois o professor passou a ser um executor e aplicador dos instrumentais da aprendizagem. Nessa época, o supervisor escolar e o orientador educacional apareciam como gerentes responsáveis pelo processo educativo, cada um, é claro dentro de sua especificidade (URBANETZ, 2008: 41,42).

É a partir desse momento que a orientação educacional começa a tomar o rumo da OE dos dias atuais, pois a escola passaria a estruturar o seu sistema escolar, de modo a atender as necessidades da comunidade. O profissional da orientação passa a distribuir os setores na escola direcionando um profissional para cada compartimento. Dessa forma, a escola passaria a ter um profissional especialista para conduzir os setores que compunha o sistema escolar.

A Orientação Educacional queria de fato se afastar da orientação vocacional e profissional, mas mesmo assim ela acabava retornando aos mesmos princípios. Em 1938, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP criou uma subdivisão para implantar no Brasil, o serviço de Orientação Educacional. Mas é em 1942, que OE aparece pela primeira vez na legislação educacional, todavia a mesma vem aparecer mais restrita ao ensino médio, e ainda vinculada ao ensino profissionalizante e baseada na ideia de orientação dos EUA (GIACAGLIA, 2010: 23,25).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 vem regulamentar o trabalho do orientador educacional sendo estendido a todos os alunos e não só

aos alunos problemas. Assim, o trabalho do orientador teria mais atribuições, pois esse profissional passaria a trabalhar com os familiares dos discentes.

É a partir desta LDB de 1961 que a orientação começa a tomar o rumo da orientação dos dias atuais. Partindo desse pressuposto, o serviço de Orientação Educacional passa trabalhar com a sociedade. De fato, o orientador irá direcionar os alunos ensinando sobre os princípios morais e éticos, sendo que para desenvolver esse trabalho ele irá conhecer o ambiente e a sociedade onde esse educando encontra-se inserido.

1.2 AS BASES LEGAIS DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Para o entendimento das bases legais da formação do profissional da supervisão e da orientação na educação, deve-se primeiramente conhecer as Leis que tratam da formação do pedagogo. O Curso de Pedagogia teve sua primeira regulamentação através do Parecer nº 251/1962. Ocorreu a primeira regulamentação, a fim de definir seu currículo mínimo e sua duração. Mesmo assim havia os que queriam acabar com o Curso.

E a segunda regulamentação ocorreu por meio do Parecer nº 252/1969. Ambos citados pelo conselheiro Valnir Chagas, esses pareceres decorriam das habilitações para as pessoas responsáveis pelo planejamento, supervisão administração e orientação. Desse modo, a regulamentação também aboliu o bacharelado para esses cursos e os mesmos poderiam ter apenas as licenciaturas para exercerem as referidas funções. (CRUZ; SILVA, 2009:5).

O decreto de n. 3.276/1999 veio reduzir o curso de pedagogia a um bacharelado organizado a partir de uma ideologia alienante que buscava transportar para a organização escolar, cuja natureza exige um trabalho coletivo, as relações particularizadas inerentes a organização do trabalho produtivo, ancoradas na teoria do capital humano no neotecnicismo educacional. (BRZEZINSKI, 2010: 200).

Neste contexto, o curso de Pedagogia iria desenvolver nas instituições a função de organizador da gestão e de projetos tendo como base a docência, todavia havia uma discussão sobre a necessidade de ter professores formados na educação infantil.

O que acontecia no momento é que a CNE levantou serias críticas acerca do Curso de Pedagogia. Em contrapartida o Fórum em defesa da formação do professor apoiava as escolas públicas e universidades que mantinham o curso de Pedagogia com base na identidade da docência. O Decreto nº 3.554/2000 defendia que a formação em nível superior de professores para atuação multidisciplinar era preferencialmente desenvolvidos nos cursos normais superiores e competia ao ensino infantil e magistério.

Mesmo assim, a situação permanece inadmissível. Primeiro, porque não é atribuída ao curso de Pedagogia a preferência por essa tarefa, mas ao *curso normal superior*. Depois, porque somente às universidades e centros universitários será garantido o direito de manter aquele curso, as demais instituições sendo obrigadas a criar *institutos superiores de educação* e *cursos normais superiores* para formar professores para educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, conforme define o Parecer n.133/01. (BARBOSA, 2003: 186).

O que pode se notar é que a briga continuava nos cursos normal superior e nas universidades, sendo que queriam formar os profissionais da educação, porém os cursos normais superiores não poderiam efetivar os cursos de Pedagogia.

A meu ver o curso de Pedagogia é mencionado no Art. 64 da LDB/1996 de modo equivocado, considerando que, conforme prescrito, a ele compete exclusivamente a "formação profissional de profissionais da educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica". Essa distorção do papel do curso de Pedagogia tampouco foi corrigida pela resolução CNE/CP n. 1, de 15/5/2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia. (BRZEZINSKI, 2010:185).

Na LDB nº 9.394/1996, o curso de Pedagogia deveria apenas preparar profissionais da educação, o que ela não cita é que os pedagogos poderiam trabalhar na educação infantil e nem no ensino fundamental, desta forma seu trabalho encontrava-se desvinculado do professor.

O Parecer CNE/CES nº 133/2001 veio como um golpe para as universidades que desenvolviam o curso de Pedagogia, pois as mesmas só poderiam formar professores para atuarem na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental ou as mesmas ficariam com o curso de Pedagogia formando apenas o bacharel.

Em meio a tantos conflitos eis que surge as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia (DCNP) que vem mostrar que o pedagogo é um profissional da educação, cuja formação tem como base a docência. Todavia sua identidade não se esgota no exercício da dimensão docente, uma vez que ele deverá ser preparado para atuar também em outras dimensões do ato pedagógico. Essas outras dimensões que se afiguraram como uma unidade de organização curricular, e não como especialidades ou outras habilitações, abrangem: a) a produção do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional; b) a gestão educacional; c) os ambientes educativos não escolares dispostos no mundo do trabalho em que estão previstos conhecimentos pedagógicos. (BRZEZINSKI, 2010: 210).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura - DCNCP vêm complementar os artigos 62 e 64 da LDB de 1996. As diretrizes vêm discorrer que quem fizer o curso de licenciatura poderá atuar na sala de aula e mais, já estará habilitado para exercer outras funções nas escolas que sejam de cunho pedagógico. Esse é o momento de consolidação do curso de Pedagogia.

A Resolução do CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura e definem os princípios, condições de ensino e de aprendizagem que as instituições de ensino superior do país devem cumprir. No artigo 2º das DCNCP é normatizado que as diretrizes aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na "Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar", bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

O Artigo 2º das diretrizes para o Curso de Pedagogia manifesta os níveis de ensino que os pedagogos devem atuar, no caso no ensino infantil e fundamental e em cursos de educação profissional que visam o apoio escolar. E quanto ao inciso primeiro mostra que seu trabalho também deve estar vinculado com os valores e com os conhecimentos científicos e culturais. Nesse sentido, o trabalho do pedagogo se compara com o de supervisor.

Nesse caso o Artigo 4º retrata que o pedagogo pode atuar também na organização e gestão das instituições escolares ou em outros sistemas de ensino. Os setores mencionados compreendem tanto a coordenação como supervisão.

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo Educacional, em contextos escolares e não-escolares.

As DCNCP também descrevem algumas das ações que deverão ser de responsabilidade dos pedagogos. Propõe ainda que o pedagogo deve promover a interação entre família e escola, e necessita conhecer os problemas da sociedade, fazendo investigações, promover o trabalho em equipe, participar na gestão organizando, elaborando e avaliando os projetos das instituições e ainda, conhecer os alunos e suas realidades sociais. Essas seriam algumas das atividades que o pedagogo estaria apto,

VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza Ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental[...]

Após ser definido todas as áreas de atuação do pedagogo, em seu Artigo 7, as Diretrizes do Curso de Pedagogia definem a carga horária mínima para o Curso conforme mostra abaixo.

Art. 7º. O curso de Licenciatura em Pedagogia terá a carga horária mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, assim distribuídas: I - 2.800 horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos; II - 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição; III - 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria.

Esse artigo distribui as ações que serão desenvolvidas no Curso percorrendo das horas total do curso e das horas mínimas, destinadas aos cursos de complementação das disciplinas de estágios. Os cursos ficam assim destinados às instituições de nível superior, desde que visem as licenciaturas para educação infantil e ensino fundamental.

Art. 9º Os cursos a serem criados em instituições de educação superior, com ou sem autonomia universitária e que visem à Licenciatura para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, deverão ser estruturados com base nesta Resolução.

Neste contexto, o aluno que ingressar no curso de Pedagogia, pois a partir de agora sairá habilitado para atuar em todos os setores de apoio escolar no caso, pode ser professor, orientador, supervisor e coordenador não necessitando fazer outro curso para poder atuar. A licenciatura em Pedagogia nos termos dos Pareceres CNE/CP nº5/2005 e 3/2006 e desta Resolução assegura a formação de profissionais da educação prevista no Art. 64. Em conformidade com o inciso VIII do Art. 3º da LDB nº 9.394/96.

Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Pedagogia, podemos averiguar que o trabalho do supervisor e do orientador vem se firmar só com a criação desse documento, pois agora a habilitação do licenciado em pedagogia já sai habilitado nas três áreas. Diferentemente de antes que o cidadão

fazia o curso, porém tinha que fazer outra habilitação para ingressar nos setores de apoio pedagógico.

1.3 COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A Coordenação Pedagógica – CP é um cargo da educação que tem como objetivo melhorar as práticas dos professores na formação continuada da escola, sendo exercida pelo técnico educacional, ou seja, pelo profissional que atua no pedagógico (orientador e supervisor). Surge nas escolas visando a transformação das práticas educativas, conforme as mudanças sociais, sempre buscando uma educação de qualidade. O coordenador pedagógico não trabalha isoladamente o mesmo deve trabalhar em conjunto com os professores, alunos, diretores e com a sociedade.

Neste contexto, ressalta-se o coordenador pedagógico como um agente articulador das instituições escolares. Trabalha na proposta de soluções dos problemas de aprendizagens das escolas, ao mesmo tempo ele faz com que os docentes reflitam sobre suas práticas pedagógicas. De acordo com OLIVEIRA e GUIMARÃES (2013:1), “Por meio do desenvolvimento de um trabalho coletivo pautado na ação-reflexão-ação, acreditamos que poderá romper barreiras que dificultam um ensino de qualidade para todos os alunos”.

Segundo as autoras, a função do coordenador pedagógico se faz num contexto democrático onde o mesmo é responsável pelo planejamento das escolas, pela assistência e treinamento em serviço e avaliação.

Essas três funções, conforme LOMONICO (2000: 13,14) são os paradigmas do trabalho do coordenador pedagógico no planejamento, é a organização do que será desenvolvido dentro da escola. Nesse caso, ele é responsável por conduzir a elaboração do plano escolar, e deve acompanhar e controlar os conteúdos curriculares.

Quanto à segunda função deve auxiliar os professores nas práticas pedagógicas, também precisa buscar cursos de formação continuada para que os professores possam estar aperfeiçoando e atualizando seus trabalhos pedagógicos e ao mesmo tempo, deve supervisionar o trabalho dos professores.

E no que compete à avaliação, esse profissional deve analisar quais eram os objetivos do início do ano e que a escola alcançou ou não. Assim, deve procurar estratégias para que no próximo ano sejam alcançadas.

A atribuição essencial do coordenador pedagógico está, sem dúvida alguma, associada ao processo de formação em serviço dos professores. Esse processo tem sido denominado de educação continuada, tanto nos textos oficiais de secretarias municipais e estaduais de educação como na literatura recente sobre formação em serviço. (CHRISTOV, 2009:9).

Para a autora, a base do trabalho do coordenador pedagógico é a preparação e capacitação dos professores. Entende-se que, se os professores estiverem sempre atualizando suas práticas docentes conseguirão desenvolver seus trabalhos com mais facilidade. O CP deve oferecer os cursos de formação continuada com base na realidade e necessidade dos docentes.

O coordenador pode ser um dos agentes de mudança das práticas dos professores mediante as articulações externas que realiza entre estes, num movimento de interações permeadas por valores, convicções, atitudes; e por meio de suas articulações internas, que sua ação desencadeia nos professores, ao mobilizar suas dimensões políticas, humano-interacionais e técnicas, reveladas em sua prática. É um processo que aponta para os dois movimentos: um interno/subjetivo, que se dá na pessoa do professor, ao tomar consciência de sua sintonicidade; e outro externo/objetivo, que se dá pela mediação do coordenador via formação continuada. (ORSOLON, 2010:20).

Com base na afirmação da autora pode-se concluir que o coordenador é um agente de transformação no interior da escola, todavia sozinho, ele não consegue alcançar seus objetivos. O professor também não, ele trabalha no coletivo fazendo uso dos conhecimentos que adquiriram ao longo dos anos e com bases nos princípios e valores da sociedade, fazendo reflexões sobre o projeto pedagógico.

Desse modo, o trabalho coletivo na escola é essencial para alcançar um ensino de qualidade para os alunos. Por meio da formação continuada é possível construir propostas com soluções para os problemas que se apresentam no cotidiano das escolas.

Todavia, o trabalho do coordenador pedagógico é algo amplo e difícil de definir uma vez que até os coordenadores possuem dúvidas sobre qual é sua real função, isso porque o mesmo realiza diversas atividades dentro das escolas como, por exemplo, a supervisão e a orientação.

Dessa forma, para se compreender um pouco mais da história e atribuição desse profissional da coordenação pedagógica faz-se necessário compreender que, o vocábulo coordenador pedagógico é algo recente, porém a função surgiu há muito tempo e migrou das funções do supervisor e do orientador escolar.

Tudo começou no município de Salvador, com a criação da Secretaria Municipal da Educação e Cultura – SMEC, através da lei nº. 912, de 04 de março de 1959. O cenário era fértil para a atuação do profissional, pedagogo, inicialmente chamado de Inspetor de Ensino, contratado com o objetivo de fiscalizar os processos pedagógicos na escola, com foco em questões disciplinares e voltado para monitorar o aproveitamento dos alunos em relação ao desempenho nos processos avaliativos e a atuação do professor como transmissor de conhecimentos. (SALVADOR, 2012: 12).

A coordenação pedagógica inicia-se tendo como base a função de inspetor onde esse por sua vez irá fiscalizar os trabalhos dos professores e vigiar os desempenhos dos alunos nas avaliações, visando manter a ordem no ambiente escolar.

Estes profissionais eram denominados supervisores, orientadores e administradores educacionais e atuavam através de funções específicas fomentando a busca pela qualidade da educação mediante ações individualizadas que, conseqüentemente, promoviam a desarticulação pedagógica, uma vez que cada técnico era responsável por um determinado setor; um cuidava do planejamento e acompanhamento do trabalho docente, outro tratava do desempenho acadêmico do aluno e o outro, da gestão administrativa da escola. Isto dificultava consideravelmente a visão e atuação integral dos processos pedagógicos. (SALVADOR, 2012: 12)

Nesse período, buscava-se trabalhar com os especialistas em educação e cada um desenvolvia suas funções visando a educação de qualidade. No entanto, trabalhavam separadamente o que tornava seus trabalhos defeituosos, pois cada um tinha uma visão dos processos pedagógicos, e com isso cada um seguia uma direção diferente e desta forma não poderia ocorrer uma educação de qualidade, pois para que ocorra uma educação de qualidade precisa-se trabalhar o coletivo.

A escola precisa adotar o trabalho coletivo, onde todos os funcionários e parceiros da escola possam fazer uma troca de informações a respeito do trabalho desenvolvido pelas escolas e referentes aos problemas que interferem no seu andamento.

O coordenador pedagógico enquanto responsável pelo trabalho coletivo deve conhecer a realidade da instituição de ensino e ao mesmo tempo juntar informações que ajudem a conhecer os desafios enfrentados pelos profissionais da escola e,

nesse contexto, “introduzir inovações, para que todos se comprometam com o proposto. [...] tornar-se-ão possíveis à adesão e o compromisso do grupo e, dessa forma, se reduzirão as prováveis resistências”.. (ORSOLON, 2010: 22).

O autor vem apenas afirmar que o trabalho do coordenador só é bem desenvolvido quando todos os atores da escola se juntam e debatem acerca de suas concepções e conhecimentos. O compartilhamento de informações é que será articulado às propostas pedagógicas da escola tornando-a mais forte e eficaz.

A edição do Parecer 252/1969 reformulou o Curso de Pedagogia em quatro habilitações: Administração, Inspeção, Supervisão e Orientação. No entanto, não se pode perder de vista que “o modelo organizativo da Escola pautou-se pela e na pedagogia tecnicista, cujo objetivo mais premente era garantir a eficiência e a produtividade do processo educativo”, conforme (OLIVEIRA, 2010:34).

Em 1976, o coordenador surge voltado para um projeto das escolas carentes, esses profissionais eram professores efetivos que eram selecionados para esses cargos e esses tiveram suas funções transformadas em cargos pelo decreto nº 7.709/1976 e pela lei complementar nº 201/1976. E assim se passou a contar com os coordenadores efetivos. Sendo que em julho de 2008 em São Paulo eram registrados apenas dois coordenadores efetivos e um era professor com especialização em administração e outro pedagogo com especialização em orientação. (ALMEIDA, 2010: 22).

Em 1984 a 1985, o projeto reestruturação técnico-administrativa e pedagógica do ensino de 1º e 2º graus da rede estadual conhecido como projeto noturno possuía um coordenador, mas logo o projeto acabou, e surge o projeto CEFAM - Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério.

Os anos de 1990 há uma busca para a educação de qualidade e ao mesmo tempo visa-se definir o papel do coordenador pedagógico (CP), como um ser capaz de elaborar um plano político pedagógico, que faça a relação entre os funcionários da escola, respeitando cada um dos profissionais já existentes e que saiba o que faz criando assim seu estilo de trabalho. (AUGUSTO, 2006 *apud* VALÉRIO, 2013:15).

É somente com a Resolução nº 28/1996 e com a Resolução nº 76/1997 é que houve a expansão do professor-coordenador a todas as escolas e são atribuídas às funções dos mesmos sendo que para exercer esta função “[...] o projeto apresentado pelo aspirante à função, que deveria ter mais de três anos de magistério”. Ou seja, o

trabalho do professor-coordenador ainda era delegado aos professores especialistas e bastava ter apenas o magistério.

Em 2002, a SMEC, hoje SECULT concretiza tal tendência através da instituição do Coordenador Pedagógico, podendo essa função ser exercida tanto pelo pedagogo especialista quanto pelo professor escolhido pela comunidade escolar, com perfil adequado para assumir a gestão do ensino nas unidades escolares. No entanto, “[...] os professores selecionados, por questões institucionais legais, não puderam continuar exercendo tal função, uma vez que haviam prestado concurso público para o cargo de professores”. (SALVADOR, 2012: 13).

Desta forma, o referido órgão realizou, em 2004, o primeiro concurso público para o cargo de Coordenador Pedagógico da Rede Municipal. Todavia, não era preciso ter a habilitação de coordenador pedagógico para exercer essa função. A mesma poderia ser exercida por professores especialistas tanto em supervisão quanto a orientação.

Compete ao Estado organizar essas funções, por isso a função do coordenador pedagógico tende a variar de estado para estado e consequentemente, sua nomenclatura varia muito. O que se ver é que o coordenador pedagógico deve estar preparado para atender as diversidades do local em que se encontra inserido e principalmente deve estar antenado no que ocorre no cotidiano escolar.

O coordenador pedagógico possui tantas representações dentro das escolas que acabam desconhecendo sua própria identidade, e por isso aceita fazer tudo que lhe pedem e acabam se sobrecarregando de afazeres que não são de suas reais responsabilidades.

Deixar-se orientar pela lógica do ativismo, que inviabiliza a reflexão sobre sua prática no universo docente e no cotidiano da escola, pode ser sintoma da falta de uma formação específica que dê conta de suprir a dificuldade do próprio coordenador pedagógico em definir seu campo de atuação na escola, ajudando-o a distinguir seu verdadeiro papel das exigências do senso comum que estão cada vez mais arraigadas no pensamento da maioria dos profissionais que atuam na escola e da comunidade escolar como um todo. (FERNANDES, 2004 *apud* VALÉRIO, 2013:14).

Essas atribuições tomam muito tempo do trabalho do CP, e acaba por falhar em algumas funções, pois o mesmo passa tanto tempo tendo que prestar serviços aos pais, aos alunos aos professores enfim, a comunidade escolar que falta tempo para que o mesmo possa estar aperfeiçoando seu trabalho.

Para auxiliar em todas essas áreas, o coordenador pedagógico precisa administrar o seu tempo para estudar o currículo da escola. Conhecer a comunidade fora da escola, pois é dessa que vem os alunos e por isso deve estudar o perfil da mesma para que assim compreenda as necessidades e conflitos dos alunos. Em um depoimento de um profissional citado a ALMEIDA (2010: 31-33) afirma que:

O cotidiano era desafiante, alimentava o entusiasmo e dava muito trabalho: rever currículo, recriar formas de trabalho em sala de aula, criar nos alunos hábitos de estudo e de utilizar todo o tempo na escola para estudo e formação, até mesmos nos momentos de faltas dos professores, instalar a gestão democrática e a efetiva participação de todos, afim constituir coletivamente um projeto singular de formação de educadores. Foram muitas alegrias, houve dificuldades, também [...]. Percebi a cada dia que precisava de reflexão profunda, de muito estudo e pesquisa para compreender a educação e continuar tentando contribuir com ela.

Nesse depoimento mostra claramente a importância do tempo para os coordenadores e as dificuldades que enfrentam para desempenharem seus trabalhos, pois precisam de tempo e de espaço para realizarem pesquisas, pois como já foi citado mais acima o CP deve estudar e pesquisar tanto a escola como a comunidades para poder entender a educação.

2 TÉCNICO EDUCACIONAL: RESIGNIFICANDO SEU PAPEL NO COTIDIANO ESCOLAR

2.1 ATRIBUIÇÕES DO TÉCNICO EDUCACIONAL NO ESPAÇO ESCOLAR

O técnico educacional é visto de diversas maneiras, e seus conceitos, dependem muito da localidade no qual o mesmo encontra-se inserido. Isso se dar pelas diversidades de sua nomenclatura. Existem cidades onde o técnico é uma pessoa especialista em uma determinada área, sendo assim o técnico só possui uma função. E nesse caso, esse profissional buscará conhecimentos que valorize a sua função atual, o que irá impedir a expansão de seus conhecimentos e consequentemente delimita o seu trabalho.

Esse conceito de técnico não serve no contexto escolar, uma vez que o ambiente escolar é um espaço em que sempre surge uma novidade, e, depende de profissionais com uma visão além do presente, profissionais que estejam sempre em busca de novos conhecimentos, profissionais que utilizem tais aprendizados nos desafios vivenciados diariamente.

O técnico educacional no contexto escolar vai ser o mediador entre o trabalho do sistema escolar e as bases nas quais o mesmo se constitui. O técnico é o chip que armazena os dados e a calculadora que soma tudo e dar um resultado positivo ou negativo. Desse modo, o técnico educacional possui várias funções dentro do ambiente escolar. Seu trabalho faz parte de uma ação integrada onde seu trabalho encontra-se relacionado com o setor administrativo e pedagógico. No que se refere à parte administrativa, seu trabalho será fazer a interligação entre todos os setores da escola e a direção, isso inclui a sociedade escolar.

Não é fácil dizer qual é a real função do técnico, pois suas funções variam de lugar para lugar, assim como sua nomenclatura. Mas pode-se citar suas funções mais comuns como a de orientador, supervisor e coordenador. No que diz respeito à orientação sua função está relacionada ao desenvolvimento do discente ao mesmo tempo em que ajuda a solucionar os conflitos dos alunos.

Na área da supervisão educacional, sua função se faz nas práticas pedagógicas dos professores onde o mesmo orienta esses profissionais a desenvolverem metodologias que se apliquem a realidade da escola e dos alunos.

Agora o técnico-administrativo, além de atuar na administração da escola vai atuar como estrategista da instituição. Dessa forma fica claro que o técnico educacional age seguindo o pensamento integralista.

A ação do técnico nas instituições se fundamenta nas necessidades da escola, que na maioria das vezes possui problemas com professores, com alunos e pais, e nesse caso, o técnico será o consultor e mediador desses problemas.

Para que o técnico se torne mais apto ele deverá estudar o seu público, mas para isso, terá que entender os princípios básicos da formação de personalidade do ser humano, do senso comum e da ciência, e, para alcançar tais objetivos ele terá que buscar fontes para construir suas próprias teorias acerca do ser humano, sem que, favoreça um dos lados, afinal de contas, a educação formal desempenhada na escola é tarefa de todos inclusive do técnico.

2.1.1 Papel do técnico educacional enquanto supervisor escolar

O técnico enquanto supervisor tem uma atuação muito ampla dentro da escola, sua presença é fundamental para a equipe pedagógica da instituição, sua imagem vem se firmando positivamente cada vez mais. Antigamente ele não possuía um campo de atuação e sua função era apenas ser fiscal. Diante de várias conquistas, o papel do supervisor atualmente é vista como o principal fator para o sucesso e essencial para o crescimento do ambiente educacional.

A compreensão e caracterização da supervisão educacional e da função supervisora no contexto educacional brasileiro não ocorrem independentemente ou de forma neutra. Ao contrário, “essa função decorre do sistema social, econômico e político e está intimamente relacionada a todas as determinações que configuraram a realidade brasileira ou por elas condicionada”. (FERREIRA, 2012: 39).

Com base nesse pressuposto, o técnico educacional precisa ter conhecimento de todas as funções da escola e ao mesmo tempo deve estar atento aos acontecimentos que ocorrem na sociedade, pois o que ocorre fora da escola reflete diretamente em seu trabalho.

A supervisão educacional, mas especificamente, desde sua criação formal a partir da resolução de 2 de maio de 1969 e do Parecer 252/69 tem merecido minha especial atenção, compreendendo-a, inicialmente como uma “função” e, ao longo de minhas investigações, evoluindo para a compreensão de trabalho profissional responsável pela garantia da qualidade da educação. [...] Hoje, mais do que nunca, a compreendo como importante elemento

integrante da gestão da educação que é responsável pela garantia da qualidade do processo educacional que ocorre na escola e no sistema. (FERREIRA, 2012: 111,112).

O técnico enquanto supervisor irá supervisionar o andamento das tarefas realizadas dentro da escola levando para o diretor os acontecimentos que estão passando na escola nesta função ele verifica as situações e detectando algo fora do permitido ele irá interferir para que nada atrapalhe o trabalho da escola garantindo assim um trabalho de qualidade.

Este profissional é quem monta o planejamento anual da escola, é claro que o mesmo não faz isso sozinho ele deve organizar uma reunião junto com o diretor e todo o corpo docente da escola. Juntos fazem uma análise do que foi trabalhado, mostrando os pontos positivos e os pontos negativos, controla os horários dos professores, fiscaliza os diários, procura métodos para ajudar os alunos com dificuldades dentre outras funções.

Nesse sentido, MEDINA (1997:11,12) descreve algumas atividades que são atribuídas a esses profissionais direta ou indiretamente:

- elaborar o plano do setor de supervisão, a documentação do setor (regimento, leis, pareceres, regulamentos, normas e instruções), cronograma de atividades para a escola, instrumentos para observar as salas de aulas, as pautas das reuniões;
- controlar o cumprimento de carga horária dos professores e as aulas dadas e previstas na grade curricular;
- realizar levantamentos estatísticos de rendimentos dos alunos;
- organizar o mural da escola;
- realizar o trabalho de reforço para ser aplicado ao aluno;
- organizar turnos de trabalhos e horários para os professores;
- revisar notas, conceitos e pareceres descritivos do desempenho dos alunos;
- controlar o preenchimento do diário de classe(livro de chamada) dos professores;
- providenciar substituições de professores regentes de classe, nos casos de absenteísmo;
- confeccionar material didático para os professores regentes; elaborar correspondências da escola;
- examinar e distribuir a correspondência que chega na escola.

Diante dessas atividades percebe-se que são inúmeras atribuições ao papel do supervisor, e mesmo que ele não esteja diretamente ligado a uma dessas atribuições, deve estar a par do que estar ocorrendo dentro da escola. Este profissional vai auxiliar alguém ou atuando diretamente para que todas essas atividades sejam desempenhadas, já que, se umas dessas tarefas deixarem de ser

executadas ou tiverem falhas, irá comprometer todo o trabalho da escola e consequentemente a qualidade do ensino, contrapondo assim a educação.

[...] Implica, portanto, a existência de ambientes organizados, objetivos e conteúdos definidos em função de necessidades dos sujeitos e objetivos sociopolíticos, métodos e procedimentos de intervenção educativa para obter determinados resultados, para distingue-se daqueles processos educativos informais, mais difusos e espontâneos. (LIBÂNEO, 2010:84).

Para o autor, a educação escolar deve ocorrer em um ambiente organizado, onde todas as tarefas sejam planejadas de acordo com as necessidades dos sujeitos que a compõem, só assim ela alcançará os resultados desejados. Esse deve ser o pensamento do supervisor, ele vai ser o líder das tarefas pedagógicas da instituição. Todavia, deve se preocupar em estar preparado para coordenar os professores, alunos e as demais profissionais de apoio pedagógico.

Assim, a função do supervisor torna-se referência frente ao grupo, frente ao todo da escola. “Esse profissional, enquanto responsável pela coordenação do trabalho pedagógico, assume uma liderança, um papel de responsável pela articulação dos saberes dos professores e sua relação com a proposta de trabalho”. (ALVES, 2012:7). Desse modo, essas definições esclarecem as múltiplas funções desse profissional em educação e ainda ajudam a melhorar o processo de ensino-aprendizado gerando uma educação de qualidade.

Ainda segundo o autor, o papel do supervisor é a principal arma da escola, pois conhece a escola num todo e não apenas em seu setor. É esse trabalhador que interliga os serviços e funcionários da escola. Promove também a união de todos para demonstrar que há um setor que depende do outro.

De fato, o supervisor é responsável por criar e manter o trabalho coletivo, mostrando que todos buscam um único propósito, nesse caso, uma educação de qualidade, não só visando os alunos, mas também o professor que é o mediador da educação e a comunidade que recebe esses educandos. Diante disso, MEDINA (1997:13) retrata que o trabalho do supervisor ainda “ajuda a organizar atividades que oportunizem maior integração entre os elementos da comunidade escolar”.

Para LÜCK (2008:20), o papel do supervisor se compõe na soma de empenhos e atos desencadeados com o sentido de agenciar a melhoria do processo ensino aprendizagem. Esse, por sua vez encontra-se no professor, como ajuda e organização de sua ação. Nesse pensamento, a autora se refere à melhoria dos “[...]”

métodos, técnicas e procedimentos do ensino; dos programas curriculares; do processo de avaliação do aluno; da descrição de objetivos educacionais; do processo de recuperação dos alunos; do desempenho do professor”.

Esses requisitos, segundo a autora eram atividades de assistência ao professor, e essas condições levaram o supervisor ser um treinador de professores, logo seu trabalho só pode e será eficaz se o supervisor tiver habilidades em promover mudanças. Logo, para que esse profissional tenha habilidade é indispensável que os mesmos estejam abertos para o diálogo, que estejam atentos as mudanças sociais, que respeitem os conhecimentos de terceiros e principalmente que estejam antenados as transformações tecnológicas e pedagógicas, pois todos esses aspectos contribuirão para o seu trabalho.

Quando se fala em treinamentos de professores, logo aparece outro papel fundamental do supervisor que é a busca pela formação continuada dos professores. O supervisor após conhecer toda a comunidade escolar ele deve ir em buscar de recursos para auxiliar ajudar nos desafios vivenciados diariamente nas escolas. Dentre esses recursos estão os cursos de formação continuada.

A necessidade da formação continuada do professor é uma realidade que o supervisor tem de enfrentar. É uma tarefa desafiadora, porque conduz a um momento de criação conjunta e, para isso, é preciso que o supervisor esteja conectado com suas práticas inovadoras, suas aspirações, os anseios e o modo de agir e pensar do professor. É o momento oportuno para o docente produzir novos conhecimentos e vivenciar posturas de flexibilidade e mudanças. (ALVES, 2012:9).

Nesse sentido, o supervisor deve ter paciência e responsabilidade, uma vez que estará trabalhando com pessoas intelectuais e com concepções diferentes de princípios éticos e morais, pois deve promover novos conhecimentos sem ofender ou desrespeitar o grupo pedagógico nesse caso, os professores.

Nesse caso é importante destacar que o papel do técnico enquanto supervisor encontra-se centralizado em quatro atividades que são: “planejamento, coordenação, avaliação e assessoramento”. BRASIL (1980:22). No que diz respeito ao planejamento é a preparação do seu trabalho e do trabalho da escola pautado nos documentos pedagógicos.

A coordenação pedagógica encontra-se vinculada ao currículo e aos planos de ensino, voltada é claro, para a preparação dos professores. Já a avaliação é centrada no currículo e mais visando uma avaliação do mesmo e das ações

realizadas na escola seja no nível dos docentes, quanto da escola e comunidade local. E por fim, mas não menos importante o assessoramento que começa na administração da escola e percorre até as demais entidades pedagógicas seja de nível regional, estadual ou municipal.

O trabalho do supervisor ou do técnico não é fácil, demanda de muitas habilidades e responsabilidades, compromisso e perseverança. Lidar com educadores, alunos e comunidade, não é nenhuma tarefa fácil, pois cada ser pensa e age de modos diferentes e cabe à escola e todo corpo técnico pedagógico preparar jovens críticos.

Mas, ao mesmo tempo capazes de viver em sociedade respeitando o jeito de ser de outros. E para que a escola alcance seu ideal, precisa de um segundo líder que trata das questões pedagógicas nesse caso, o supervisor.

Entretanto, o que é visto na realidade é muito diferente do ideal proposto pela academia e/ou teóricos. Presenciamos professores clamando a presença do supervisor escolar para controlar alunos difíceis ao que se refere à indisciplina; diretora implorando a sua presença para ajudá-lo no preenchimento de formulários burocráticos do sistema; as famílias desesperadas cobrando aprendizado de seus filhos; reuniões com a patrulha escolar; dentre outras que não são pertinentes a seu cargo, conforme destacam os sujeitos desta pesquisa. (GIMENES; MARTINS, 2010:7)

De fato, é comum ver o esse tipo de realidade em algumas instituições de ensino. Isso se dá pelo fato da escola ainda ter dificuldades para definir um conceito para o supervisor, e também pela própria comunidade de supervisores possuírem dúvidas sobre suas reais funções e mais, pelo governo que busca uma educação de qualidade, porém reduzindo gastos ao contratar um único profissional, no caso o técnico educacional para desempenhar sozinho um trabalho que seria mais bem executado se houvesse mais de um assistente pedagógico.

2.1.2 Papel do técnico educacional enquanto orientador escolar

O técnico enquanto orientador tem sua função voltada para orientação dos alunos. Neste papel, ele deve ajudar o professor a compreender os comportamentos de seus alunos. É responsável pelo desenvolvimento pessoal de cada aluno e que leva-os a refletirem sobre suas ações possibilitando assim que cada aluno possa solucionar os seus conflitos.

Dessa forma, o primeiro passo para esse profissional obter sucesso em seu trabalho é participar de todo planejamento de sua escola. Após o planejamento, o orientador deve conhecer a comunidade que compõe a escola, ao fazer esse reconhecimento esse profissional já terá um conhecimento sobre os possíveis problemas que poderão surgir dentro da escola.

E quando o mesmo tiver todos esses requisitos é que o técnico orientador irá montar seu próprio plano de ação. Na escola, ele irá mostrar ao professor as diversas metodologias que podem ser trabalhadas com os alunos, ele não vai dizer o que o professor deve fazer dentro da sala de aula, mas sim indicar caminhos que facilitará o relacionamento entre aluno e professor, e se ainda assim o educando tiver problemas com seus alunos o orientador irá chamar o aluno para uma conversa e depois ele buscará informar a família sobre o que estaria se passando com o aluno na escola e assim o mesmo poderia descobrir as causas de tal comportamento e juntos buscarão formas para ajudar o aluno.

Nesse sentido, o técnico orientador hoje deve ser pesquisador, pois necessita conhecer os problemas que seus bairros enfrentam. Deve ser comunicativo, pois precisa ser hábil na hora de expor seus argumentos; também confiante, uma vez que deve transmitir segurança em desempenhar suas tarefas e ainda ser organizado, para que assim possa desenvolver seu trabalho com êxito.

Vale ressaltar que o técnico educacional enquanto orientador não pode ter seu trabalho confundido com o do psicólogo, pois apesar do mesmo trabalhar com as dificuldades de convivência e as dificuldades de aprendizagem, seu trabalho é voltado mais para o aspecto pedagógico.

Por isso é tão difícil para o orientador pedagógico desenvolver um trabalho com êxito. Isso porque um técnico orientador normalmente desenvolve outras funções que deveriam ser de responsabilidade de outros. Todavia, esse fator ocorre porque os técnicos educacionais são acumuladores de funções.

E a partir do momento que eles ficam acumulando tarefas sempre irão deixar algo a desejar. E a função, mais prejudicada acaba sendo a orientação, uma vez que as questões burocráticas "supostamente" não podem ser adiadas e o aluno ou o professor pode "esperar", pois todos os dias estão na escola. O técnico nesse sentido, acaba tendo a difícil missão de resolver ou minimizar os problemas da escola.

A orientação educacional, para ser efetiva, necessita adotar em sua prática uma abordagem sistêmica e sistemática de planejamento como um processo inerente ao seu trabalho, realizado de forma contínua e cotidiana, orientada por uma visão global e abrangente, ao mesmo tempo articuladora de todos os seus seguimentos. Desse modo, será capaz de mobilizar a ação de pessoas com foco no enfrentamento dos desafios de promover o desenvolvimento e a formação dos alunos, a partir de um ambiente educacional coerente e consistente com os princípios formadores propostos. (LÜCK, 2011: 11).

Segundo o pensamento da autora, o orientador deve utilizar o planejamento como uma forma de organizar seu trabalho e deve fazer isso todos os dias, e mais deve planejar suas ações tendo conhecimento total da área escolar, tanto na parte interior da escola como na parte exterior.

O fato é que o orientador é parte fundamental na construção de uma educação de qualidade, pois assim como o professor que ensina uma determinada matéria, o orientador vai mostrar para os alunos que ninguém vive sozinho e que na escola todos fazemos parte de um único grupo que busca adquirir novos conhecimentos e uma sociedade democrática para todos.

FERRETTI (1988: 31) afirma que o trabalho do orientador “consiste em auxiliar o indivíduo a realizar escolhas mais adequadas (ou conscientes, ou críticas, ou racionais)”. Nesse sentido, o orientador não escolherá o caminho que o educando deve seguir, ele apenas expõe para o mesmo as opções disponíveis no momento para o educando acabar com seus anseios.

LÜCK (2008:23) destacando alguns dos papéis do orientador, afirma: “[...] o mesmo faz levantamento de dados (sondagem de aptidões), realiza sessões de orientação e de aconselhamento e desempenha uma série de funções de maior ou menor importância, relacionadas com a concepção do atendimento ao educando”. De acordo com a autora, as funções do orientador consiste e descobrir qual é o interesse dos alunos com relação a vida pessoal e escolar, aconselhar e orientar pessoas.

Ainda de acordo com o autor, o aconselhamento é o principal papel desse profissional. Portanto, deveria trabalhar com poucos alunos e não com todos, logo seria necessário mais de um orientador por escola.

O orientador é recomendado para assumir várias funções de que auxiliaram todo o corpo pedagógico da escola e atenda ainda a comunidade em torno da escola. No sentido de que estes “se tornem mais preparados para atender às

necessidades dos educandos, tanto com relação aos aspectos cognitivos e psicomotores, como os afetivos". (LÜCK, 2008: 28).

Para RIBEIRO; ANDRADE e PINTO (1984:53), "a Orientação Educacional tem como funções a coordenação e o aconselhamento. A coordenação é a que fornece a estrutura necessária para o exercício do aconselhamento". Desse modo, as concepções das autoras não se diferem das demais, pois o orientador trabalha frente a frente com o aluno visando à aprendizagem e o amadurecimento do mesmo. "As atividades técnicas e psicopedagógicas do Orientador Educacional podem ser agrupadas nas funções de: planejamento, coordenação, avaliação e assessoramento." (BRASIL, 1977:39).

Na década de 1970 o Decreto-Lei nº 72.846/1973 descreve as atribuições do orientador educacional. Em seu artigo 8º regulamenta como obrigação do profissional pedagogo:

- a) Planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional em nível de:
 - 1-Escola
 - 2-Comunidade:
- b) Planejar e coordenar a implantação e funcionamento do serviço de Orientação Educacional nos órgãos do Serviço Público Federal, Municipal e Autárquico; das Sociedades de Economia Mista, Estatais, Paraestatais e Privadas.
- c) Coordenar a orientação vocacional do educando. Incorporando-o ao processo educativo global.
- d) Coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando.
- e) Coordenar o processo de informação educacional e profissional com vistas a orientação vocacional.
- f) Sistematizar o processo de intercâmbio das informações necessárias ao conhecimento global do educando.
- g) Sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial.
- h) Coordenar o acompanhamento pós-escolar.
- i) Ministrar disciplinas de Teoria e Prática da Orientação Educacional, satisfeitas as exigências da legislação específica do ensino.
- j) Supervisionar estágios na área da Orientação Educacional.
- k) Emitir pareceres sobre matéria concernente à Orientação Educacional. (GIACAGLIA; PENTEADO, 2010: 66,67).

O artigo oito trata das atribuições gerais do trabalho do orientador em todos os níveis de ensino inclusive no ensino superior, particularmente nos estágios. É o artigo nove que trata das demais atribuições do Orientador visando mais o trabalho na escola.

- a) Participar no processo de identificação das características básicas da comunidade;
- b) Participar no processo de caracterização da clientela escolar;
- c) Participar no processo de elaboração do currículo pleno escolar;
- d) Participar na com posição, caracterização e acompanhamento de turmas e grupos;
- e) Participar do processo de avaliação e recuperação dos alunos;
- f) Participar no processo de encaminhamento dos alunos estagiários;
- g) Participar no processo de integração escola-família-comunidade;
- h) Realizar estudos e pesquisas na área da Orientação Educacional.

Para as referidas autoras são inúmeras as atribuições do orientador educacional, todavia seu papel consiste principalmente em fazer a integração família e escola, é assessora os alunos a comunidade e principalmente melhorar a aprendizagem dos alunos independentemente dos conflitos e prestar ajuda ao professor.

O que se ver hoje é que o Orientador Educacional não tem mais como papel principal o "aconselhamento". Agora seu trabalho principal é ser intermediador nos conflitos das escolas, seja com a família ou a comunidade. Ele precisa ajudar o aluno a superar seus anseios e que compreenda a realidade com base na própria experiência.

O técnico enquanto orientador deve ter um perfil pesquisador, pois, seu trabalho demanda de muitos conhecimentos isso porque ele tem um público com diversos perfis e de níveis diferentes de conhecimento. Esse profissional deve buscar sempre atualizar suas práticas pedagógicas, pois seu trabalho ocorre diariamente e sempre se depara com situações novas.

Cabe esse profissional saber lidar com essas situações sem constranger o educando ou a própria família e principalmente preservando a si próprio, pois basta uma simples palavra mencionada num momento inadequado, para perder a direção do problema. De acordo com LUCK (2011: 149), o orientador educacional desenvolve visão de conjunto, compreensão da problemática humana e educacional dos alunos, "conhecimentos dos desafios sociais e suas implicações para a formação dos alunos, raciocínio lógico para organizar todos esses aspectos e sensibilidade humana para agir com atenção", que deve ser destinada ao desenvolvimento humano dos alunos. (LÜCK, 2011:149).

Trabalhar na educação nos dias atuais, é um desafio. Principalmente, considerando que o aluno é o centro das atenções e o professor ou orientadores são meros profissionais que tem como dever promover uma educação de qualidade.

Essa por sua vez não é fácil é preciso ter vontade, força e determinação para conseguir alcançar o sucesso no trabalho e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento dos educandos.

2.2 O TÉCNICO EDUCACIONAL E O TRABALHO COLETIVO

As ações do técnico educacional são tantas que seria difícil de serem realizadas se o mesmo trabalhasse sozinho, poderia dizer que ele não conseguiria desempenhar suas funções. Isso porque seu trabalho depende de outros e mais umas de suas funções é fazer a interação entre a comunidade pedagógica da escola, o alunado e a sociedade.

A educação formal não é tarefa para indivíduos, mas para equipes. Isoladamente, ainda que haja competência e comprometimento, os resultados do trabalho educacional são quase sempre insignificantes [...] O talento individual, embora imprescindível, não é suficiente para que se forme uma equipe. É necessário que os talentos se unam em torno de um objetivo, comum, é preciso que tenham uma visão compartilhada. O trabalho individual bem-feito, sem um norte, não-sintonizado, é pouco efetivo para a consecução das metas de uma instituição. Quando há uma única direção para as energias individuais, [...]. (BORGES, 2004: 42).

A linha de pensamento do autor é muito importante, pois a educação de uma pessoa é realizada por diversas pessoas e o técnico faz parte do grupo que promove a educação na escola. E como o autor afirma por mais que uma pessoa seja especialista em sua função ela não terá um bom desempenho. É preciso trabalhar em equipe para atingir um objetivo comum já que assim surgirão mais informações. E o técnico tem que ter esse pensamento de trabalhar no coletivo.

O trabalho coletivo é uma meta fundamental nas instituições de ensino, e o técnico deve promover esse trabalho e para isso acontecer ele precisa promover reuniões pedagógicas com todos os funcionários da escola. Para que haja uma interação entre o grupo pedagógico, ele deve promover espaços para que todos possam expor suas ideias e anseios, pois quanto mais concepções diferentes mais soluções e ideias surgem.

A integração do Orientador Educacional com os demais elementos componentes da escola inicia-se na sua participação no planejamento global das atividades escolares, para assegurar condições de atuação efetiva na execução desse planejamento. (BRASIL, 1980: 37).

O trabalho coletivo do técnico pode ter início quando esse realiza os planejamentos da escola. É o momento que o técnico precisa reunir todos os membros da escola para discutir quais são os objetivos da instituição, como organizar os conteúdos, como será o processo de avaliação dos alunos, dentre outros assuntos da escola.

O técnico educacional precisa dialogar com o diretor, com os professores e com o conselho de escolar e de classe, para juntos chegarem a um acordo. Objetivos e propostas articuladas é democracia e assim evita discórdias ou problemas, pois uma tomada de decisão errada pode mudar a vida dos profissionais e alunos de uma escola, por isso que o técnico deve e precisa trabalhar no coletivo.

Outro trabalho coletivo do técnico é a relação família e escola. Nessa relação, o técnico deve criar meios de integrar a família nas atividades das escolas, pois esse precisa conhecer as famílias dos educandos para que haja uma compreensão maior sobre o comportamento dos alunos.

Antes de trabalhar com pais, alunos e comunidade local, o técnico trabalha em parceria com o diretor que é o gestor responsável pela escola. O auxílio do técnico é muito importante dentro da instituição, pois o gestor de uma escola visa desenvolver uma educação centrada na democracia e o trabalho do técnico também.

A supervisão educacional compõe a gestão democrática da educação. Ela é responsável pelo "controle" das políticas educacionais que necessitam ser desenvolvidas com qualidade e construídas coletivamente no espaço escolar. A supervisão educacional é responsável pela formação humana que se realiza na escola. (FERREIRA, 2012:114).

De fato, a supervisão é um dos trabalhos do técnico educacional e esse pensamento da autora vem reafirmar o que já foi dito acima que, o técnico promove a formação humana e essa formação só pode ser construída se houver um trabalho coletivo. É ele que irá tomar decisões importantes baseadas nas opiniões de todos os profissionais da escola.

O trabalho do técnico é fundamental numa instituição tão quanto à função de gestor, porque ele usará de todo seu conhecimento adquirido com seus colegas mais as suas habilidades para alcançar o objetivo proposto.

A mudança na escola só se dará quando o trabalho for coletivo, articulado entre todos os atores da comunidade escolar, num exercício individual e grupal de trazer as concepções, compartilhá-las, ler as divergências e, mediante esses confrontos, construir o trabalho. (ORSOLON, 2010:21/22).

A inclusão de alunos deficientes em uma escola, também faz parte do trabalho coletivo do técnico, pois esse deve auxiliar o professor no atendimento desses educandos, e deve encontrar recursos que garantam a permanência dos mesmos nas escolas.

Desse modo, a atribuição do coordenador pedagógico se amplia para o trabalho com professores, pais e alunos, em busca de estabelecer parcerias para o sucesso desse trabalho que, todavia, não ocorre isoladamente, mas com o gestor e com o apoio de outros profissionais. (AGUIAR, 2010:142).

O técnico, segundo a autora, deverá nesses casos trabalhar com os pais, professores e com o diretor, visando incluir todos na busca do desenvolvimento do educando com deficiência. Faz-se importante sensibilizar a todos mostrando que os alunos necessitam de apoio pedagógico.

2.3 DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO TÉCNICO EDUCACIONAL

O técnico enquanto supervisor enfrenta uma série de desafios, pois ele é responsável por fazer com que o que foi colocado no plano pedagógico aconteça na prática e não fique apenas no papel. Dessa maneira, também tem que estudar esse plano e verificar metodologias que facilitarão o desenvolvimento do mesmo, precisa conhecer a sociedade para poder compreender os conflitos dos discentes, precisa incentivar e motivar professores, tem que tomar decisões burocráticas na ausência do diretor.

Deve fiscalizar os diários e horários dos professores e a única forma que ele tem para conseguir isso é pesquisando os métodos de ensino e buscando ferramentas que ajudarão os professores no convívio da sala de aula, promovendo formações continuadas que se apliquem as necessidades da escola, fazendo reuniões de pais e mestres, dentre outras coisas mais, e para fazer isso ele precisa ter tempo e dedicação, mas como fazer isso se o mesmo já desenvolve outras funções.

Com tantas tarefas, o técnico deve buscar meios e ferramentas que torne mais fácil seu trabalho, é nesse momento que ele irá recorrer as ferramentas

tecnológicas, mas para que esse profissional tenha acesso a esses recursos ele precisa ter capacitação pois se não tiver tudo fica mais difícil e por isso que o mesmo deve estar buscando sempre novas capacitações pois essas podem ajudar a amenizar os desafios vivenciados diretamente pelos técnicos.

Desafios esses que começa em seu próprio nome, pois alguns técnicos possuem dúvidas sobre qual é sua real função, pois às vezes atuam como supervisores outras vezes como orientadores, alguns momentos como diretores e outras vezes como secretários. Esse acúmulo de funções acabam prejudicando, uma vez que, acabam criando suas rotinas baseados nas prioridades e não no que de fato consiste seu trabalho. A autora Almeida demonstra isso em um dos depoimentos que fez durante seu trabalho:

Meu dia a dia, como PCP na escola, é sempre muito movimentado, ritmo frenético, por vezes turbulento. (CP6)

Rotina da escola: sempre agitada. (CP2)

O dia de trabalho de um CP começa, como de todo profissional, com atividades agendadas, estabelecendo-se prioridades. (CP4)

Chego e olho a agenda. Será que vai dar para fazer 50%? Tem dia que não dá nem para olhar a agenda. Chego e começo a apagar incêndio. E o incêndio vai o dia todo. Às vezes tenho sensação de que o incêndio faz parte das prioridades. Outras vezes, não. (CP10). (ALMEIDA, 2010: 23).

De acordo com o relato exposto, a vida do coordenador pedagógico ou técnico educacional como é reconhecido em alguns lugares, não é nada fácil ele planeja seu trabalho arruma sua agenda, mas a qualquer hora o que foi planejado deixa de ser feito pois aparece algo que tem que ser resolvido antes e assim seu trabalho acaba acumulando para outro dia. Ele prioriza o que acha importante, mas nem sempre consegue fazer o que de fato era mais importante, pois algumas vezes é visto como solucionador de problemas.

Outros desafios citados nos depoimentos coletados, são: ter que controlar a entrada dos alunos e professores, substituir professores ou remanejar os alunos para outras aulas, isso se torna um problema porque as vezes deixa-se de atender um pai ou um professor para desempenhar essa função que poderia ser delegada a outro profissional. Fora esses desafios um que é bem destacado encontra-se em lidar com a indisciplina dos discentes e a violência.

Precisa também, reconhecer limites e deficiências do próprio trabalho pedagógico a fim de mudar práticas originadas de visões de mundo, valores e interesses que interferem na prática diária, o que implica o enfrentamento inevitável e delicado de conflitos entre professores, alunos, pais e a hierarquia do sistema escolar. (VIEW, 2007:33).

A violência e as indisciplinas são um dos maiores desafios do técnico devido o mesmo ter que pesquisar a origem desse problema, esse profissional precisa ouvir o professor, o aluno, o pai e conhecer a sociedade onde esse educando foi criado, para só então compreender o porquê desse aluno ter tais atitudes e para fazer isso ele demanda de tempo. Tempo esse que muitas vezes falta para esse profissional, que deve descobrir se o aluno traz o problema de casa ou se o trabalho desenvolvido na escola e que não está sendo desempenhado de forma adequada pelo professor.

E desse conflito surge outro desafio para o técnico a relação com o professor que busca ajuda, mas se não é atendido na hora já fica chateado e cobra que o técnico só sabe cobrar e cobrar, mas que não presta ajuda nos momentos necessários. Nesses casos ressurge a ideia de técnico é um inspetor disfarçado, e assim, a relação com os professores fica difícil o que compromete seu trabalho.

Além disso, a qualidade da relação que se estabelece entre o professor e o coordenador. Inicialmente, quando o professor não está acostumado com o coordenador em sua sala, sente-se inseguro, constrangido e ameaçado. Afinal, este último não é apenas aquele com quem dialoga e troca experiências. Ele é, também, hierarquicamente "superior" na estrutura administrativa da escola e tem o poder de decidir o destino profissional do docente e de avaliar sua competência. (CLEMENTI, 2010:57).

Outro desafio que acontece na relação entre professores e técnicos, é quando o técnico precisa assistir as aulas ministradas pelos professores, o técnico precisa auxiliar os professores nos desenvolvimento de suas práticas pedagógicas e para prestar esse auxílio ele precisa conhecer o trabalho dos professores e a melhor forma e assistir as aulas, todavia esse trabalho não é bem aceito pelos professores, pois os mesmos ficam desconfiados pensam logo que alguém quer tira-los e por isso estão vigiando seu trabalho.

Essa desconfiança e insegurança como cita a autora se dar pelo fato do técnico só assistir as aulas de vez em quando, e geralmente eles deixam de assistir as aulas porque surgem outros serviços burocráticos. O técnico educacional precisa

ser criativo, ousado, inovador e principalmente comprometido com seu grupo de trabalho ou então não irá desenvolver um bom trabalho.

É claro, também, que não basta determinar estruturalmente horários para que os professores e coordenadores se encontrem. A qualidade desses encontros caracteriza-se como fundamental para a reflexão e a revisão das práticas. Muitos coordenadores falam sobre o excesso de atividades que lhes são atribuídas, motivo pelo qual convivem com stress e a correria constante. (CLEMENTI, 2010:62).

As estruturas das escolas também é um dos desafio para o trabalho dos técnicos educacionais, já, que as escolas não dizem qual é a real função dos mesmos, não oferecem um local separado para os mesmos trabalharem, e não promovem cursos para que esses possam estar se capacitando ainda mais.

A falta de cursos de capacitação para os técnicos é outro desafio, isso se dá porque as escolas não disponibilizam ninguém que assegure o serviço desse profissional, se esse profissional quiser desempenhar um bom trabalho ele tem por obrigação se virá sozinho para aprimorar suas técnicas e conhecimentos caso contrário, ele sempre vai viver angustiado com os trabalhos que não conseguem desenvolver.

Enfim, um dos maiores desafios dos técnicos educacionais é vencer o stress do dia e a correria, os técnicos precisam estar motivados, confiantes sobre si e sobre o seu papel dentro da escola, só assim vencerão esses fatores.

3 OS DESAFIOS DO TÉCNICO EDUCACIONAL NA FUNÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO EM ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE ITAITUBA/PA

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O referido estudo teve como base as pesquisas exploratórias e descritivas. Esses tipos de pesquisa são fundamentais, pois é possível descrever e observar a realidade do trabalho do técnico educacional sem alterar os dados coletados, a fundamentação foi descrita seguindo vários teóricos como: BRZEZINSKI (2010), LOMONICO (2000), ALMEIDA (2010), LÜCK (2005, 2008, 2010, 2011), GIACAGLIA e PENTEADO (2010), CLEMENTI (2010), ORSOLON (2010) e ALVES (2010), assim como as legislações educacionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

A pesquisa de campo aconteceu por meio da coleta de dados com entrevistas semiestruturadas realizadas com quatro técnicas educacionais, sendo que duas ingressaram nesta função como orientadoras educacionais, tendo que ser feito o enquadramento dos cargos das mesmas para poder prestar o serviço nesta função, uma que ingressou como supervisora e outra que já prestou um concurso público específico para a função de técnico educacional.

Sendo cada entrevistada de uma escola pública diferente, totalizou-se quatro escolas de ensino fundamental como local de trabalho das técnicas. As escolas são: Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª Maria Aparecida de Souza Costa, Escola Municipal de Ensino Fundamental Coronel Fontoura, Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I e Escola Municipal de Ensino Fundamental São Tomé ambas localizadas no Município de Itaituba-PA.

As entrevistas foram utilizadas objetivando conhecer as opiniões a partir dos olhares desses profissionais que atuam como técnico na função de supervisor e orientador educacional, identificando suas principais atribuições e desafios no cotidiano escolar.

3.2 PERFIS DAS ENTREVISTADAS

As entrevistadas são quatro técnicas educacionais que estão atuando nessa função em quatro escolas de ensino fundamental do Município de Itaituba. Estão nomeadas nesta pesquisa de T₁, T₂, T₃ e T₄, sendo T = Técnica.

Observou-se que as técnicas 1 e 2 ingressaram por Concurso Público na função como orientadores educacionais e são especialistas em Psicopedagogia. A técnica 3 já ingressou na função com as três habilitações que fundamentam o trabalho desse profissional e a T₄ ingressou na função de Supervisão escolar, e possui uma especialização em coordenação pedagógica assim como a T₂.

Técnico Educ.	Nomenclatura do Cargo	Especialização	Tempo / função	Escola que trabalha
T ₁	Orientação Educacional	Psicologia Educacional com ênfase em Psicopedagogia.	12 anos	EMEF Coronel Fontoura
T ₂	Orientação Educacional	Psicopedagogia preventiva com ênfase em Psicologia Educacional, Coordenação Pedagógica e História e cultura afro-brasileira	12 anos e dois meses	EMEF Maria Aparecida de Souza Costa
T ₃	Técnico Educacional	Gestão escolar e em Orientação e Supervisão escolar.	1 ano	EMEF Dom Pedro I
T ₄	Supervisão Escolar	Docência no Ensino Superior e Coordenação Pedagógica	12 anos	EMEF São Tomé

Quadro 1. Perfis das entrevistadas.

Desta forma para maiores esclarecimentos sobre os técnicos em estudo é preciso dizer que apenas a técnica 3 é a profissional que se encontra com menos tempo no serviço de técnico educacional. Todavia ela faz parte do novo currículo do curso de pedagogia que oferece para os pedagogos também as habilitações em gestão, supervisão e orientação educacional. Diferentemente de antes que os profissionais que quisessem atuar nessas áreas tinham que estudar novamente para conseguirem essas habilitações, como o que ocorreu no caso das entrevistadas 1, 2 e 4 que estão há mais tempo atuando como técnicas.

Para melhores esclarecimentos sobre o perfil das entrevistadas, foi levantado o seguinte questionamento que procurou saber se, na unidade escolar em que atuam, desenvolvem um trabalho específico de orientação ou supervisão, ou seja, se as atividades que desempenham estão mais ligadas a uma ou outra habilitação

específica do curso de pedagogia. Desse modo, as entrevistadas afirmaram que desempenham todas as funções pedagógicas designadas pelo curso de Pedagogia. Pode-se perceber que de fato elas exercem a função de técnico educacional, pois o trabalho desse profissional consiste na unificação das funções de coordenação, supervisão e orientação das atividades escolares.

3.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ESCOLAS ONDE ATUAM AS TÉCNICAS

Quatro foram as escolas objeto dessa pesquisa. Escolas estas onde atuam as técnicas educacionais que foram entrevistadas. Sendo que a primeira entrevista aconteceu na Escola Municipal de Ensino Fundamental Coronel Fontoura, que foi fundada no dia 10 de fevereiro de 1988, pela comunidade do Bairro Bela Vista e pelo sub-tenente Mendes, pois ficaram sensibilizados com a grande demanda de alunos em busca de uma educação formal próximo ao antigo quartel da Polícia Militar.

Seu nome foi dado em homenagem ao patrono da Polícia Militar “Antônio Sérgio Dias Vieira da Fontoura” (Coronel Fontoura). A mesma está situada na Avenida Francisco Macedo s/n – Bela Vista, e é mantida pela Prefeitura Municipal de Itaituba.

A escola atende atualmente 395 alunos, distribuídos em 15 turmas, sendo as quinze de Ensino Fundamental, (1º a 5º anos) em dois turnos (matutino e vespertino), desenvolvendo uma filosofia baseada no respeito ao conhecimento prévio do educando, à sua curiosidade ingênua, na busca do seu amadurecimento intelectual e humanístico, visando inseri-lo de forma crítica, criativa e consciente na sociedade, a escola Coronel Fontoura escreve sua história com a força do empenho, da dedicação e da união dos profissionais que realizaram ou realizam seu trabalho na instituição.

Atualmente a escola conta com um quadro de 31 funcionários, entre docentes, administrativo e apoio. Tendo como diretora Eva Sousa Lima, orientadora escolar Odenilce Mara Nascimento, secretária Elaine da Silva Araújo e uma representante dos pais Ezir Leite. Juntos trabalham coletivamente em busca formar sujeitos críticos e capazes de exercer a cidadania, por isso a instituição tem como missão desenvolver um ensino significativo que contribua para a formação de sujeitos críticos capazes de agir construtivamente na sociedade.

Desta forma a escola desenvolve diversos projetos que ajudarão a cumprir a sua missão entre os principais projetos desenvolvidos na instituição destaca-se o projeto devocional, que visa trabalhar os valores éticos e morais enfatizando os textos bíblicos. Também o projeto Combatendo a indisciplina e resgatando a família, que promovem palestras para mostrar às famílias que a indisciplina na escola pode ser combatida, todavia necessita do apoio de todos, principalmente do apoio dos pais.

A escola 2 é a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Maria Aparecida de Sousa Costa foi criada oficialmente pelo decreto de nº 0056/99 de 13 de abril de 1999, é um estabelecimento de Ensino Público Municipal à Rua João Lourenço Paxiúba s/nº na 11ª Rua do Bairro Jardim das Araras. A escola iniciou suas atividades em 22 de Fevereiro de 1999, na gestão do ex- prefeito Edílson Dias Botelho, esta Instituição recebeu este nome em homenagem a uma grande educadora que tanto contribuiu para a educação desse município, a saudosa Maria Aparecida de Sousa Costa.

A escola é de porte médio com 19 dependências, atendendo este ano de 2016 uma demanda de 417 alunos distribuídos nos dois turnos (matutino e noturno), sendo no diurno 1º aos 9º Anos do Ensino Fundamental e o AEE (Atendimento Especializado Educacional).

Tem como principal missão: apresentar um ensino de qualidade como meio que ofereça aos educandos acesso aos conhecimentos acumulados pela humanidade que ajudarão no seu desenvolvimento integral visando à construção do sujeito histórico capaz de construir uma sociedade pautada nos valores morais, éticos, políticos e culturais.

Conta com um Conselho Escolar atuante que contribui de forma relevante para o sucesso da instituição. Ao longo desses 16 anos de existência este Estabelecimento de Ensino atualmente tem no seu quadro funcional 46 servidores, entre docentes, administrativo e apoio, neste ano de 2016 está à frente da gestão escolar as professoras: Marinalda Miranda de Assis (Diretora), Maria Fausta Barros (Vice-Diretora), Secretária Escolar Mônica de Fátima Vieira Oliveira e Lídia Cristina de Oliveira Sousa, Técnica Educacional.

A terceira escola é a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Dom Pedro I, situada à 8ª Rua, s/n, Liberdade, fundada no dia 04 de agosto de 1981 com o nome de Coelhinho Amarelo, com 60 (sessenta alunos) tendo

como primeira gestora Maria de Fátima Sousa Lira, na administração municipal do então Prefeito Francisco Xavier Lages de Mendonça.

No dia 04 de março de 1993 a escola passou a funcionar com o nome de Escola Municipal de 1º Grau Dom Pedro I, com um total de 163 alunos de 1ª à 2ª série. Em 20 de novembro de 1998 foi municipalizado através do Decreto Municipal nº EB 131/98, recebendo autorização definitiva para funcionamento de 1ª à 4ª série através da Resolução nº 132/98 – CEE – PA e para oferta da Educação de Jovens e Adultos por meio da Resolução nº 111/06 – CEE – PA, com a finalidade de atender grande demanda estudantil.

Atualmente a Escola conta com 370 alunos distribuídos em 2 turnos, tendo como cliente alunos de 1º ao 8º anos do Ensino Fundamental de 09 anos. A atual diretora é a professora Rosani Maria Riffel e secretária Claudia Soraya da Silva Santos, contando ainda com 4 auxiliares, 20 professores, 3 merendeiras, 3 auxiliares de serviços gerais e 2 vigias.

A escola de maneira coletiva elegeu como linha pedagógica norteadora a Tendência Progressista Crítico-Social dos conteúdos que se baseia na Teoria Dialética do Conhecimento, a qual determina que o conhecimento se origine da prática social dos homens que, agindo sobre a realidade a modificam e são modificados por ela numa relação dialética e na concepção metodológica que visa trabalhar o processo pedagógico centrando-se na construção e reconstrução do conhecimento.

A quarta escola onde realizou-se a pesquisa foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental São Tomé, localizada na rua Nossa Senhora do bom Remédio, bairro São Tomé, a mesma encontra-se localizada em um bairro periférico da cidade de Itaituba Pará, e possui um quantitativo de 315 alunos matriculados do 1º ao 5º ano, nos turnos matutino e vespertino. A referida escola foi fundada no dia 1º de maio de 1980, com o objetivo de atender a comunidade em geral, principalmente dos bairros situados aos arredores da mesma.

A escola São Tomé tem como missão lutar pela garantia do acesso a permanência do aluno na escola, bem como, promover uma educação de qualidade social, igualitária e compromissada, visando à formação de cidadãos críticos, reflexivos e atuantes na sociedade, tendo ainda, o respeito, o compromisso, a solidariedade e a valorização dos valores que norteiam a nossas nações.

A escola possui hoje um quadro de 26 funcionários, sendo 15 professores Licenciados em Pedagogia e uma professora com magistério, 1 diretora Marinalva Melo das Neves, 1 secretária, 4 auxiliar administrativo, 1 técnica educacional Ana Paula da Silva Santos, 2 vigias e 2 merendeiras.

3.4 OLHARES DOS TÉCNICOS EDUCACIONAIS

A partir da necessidade de se conhecer a prática e os desafios dos técnicos educacionais de três escolas públicas de ensino fundamental de Itaituba/PA, realizou-se uma entrevista a qual iniciou perguntando na questão 1: **Quais as atividades mais desenvolvidas por você na função de técnico educacional?** Observando o quadro 2 pode-se conhecer as tarefas executadas por eles durante o exercício da função conforme demonstra seus relatos.

Entrev.	Relatos dos técnicos
T ₁	<i>Diálogos individuais e coletivos com alunos e professores; Acompanhamento do processo de ensino aprendizagem; Pesquisa e acompanhamento dos projetos desenvolvidos pela instituição escolar.</i>
T ₂	<i>Faço mensalmente teste de leitura e escrita com os alunos dos 1º ao 3º anos. 4º e 5º só a diagnose inicial; Verificação de plano de aula e provas bimestrais; Verificação dos diários 1 vez por mês; Resolvo, na ausência da direção e secretaria, problemas com alunos e professores e pais.</i>
T ₃	<i>Acompanhamento do rendimento escolar dos alunos; Planejamento dos professores; Diários de classe; Desenvolvimento de projetos que visem a melhoria na qualidade do ensino aprendizagem.</i>
T ₄	<i>Orientação e acompanhamento das atividades docentes, acompanhamento do desempenho dos alunos, principalmente os do ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano).</i>

Quadro 2. Atividades desenvolvidas pelos técnicos educacionais.

Percebe-se na fala das entrevistadas que, todas fazem acompanhamento com alunos, e trabalham com professores. Nota-se também que estão sempre buscando melhorar a aprendizagem dos educandos e ainda orientam e corrigem quanto ao preenchimento do diário de classe e avaliações de aprendizagem.

Compreende-se, portanto, que muitas são atividades desenvolvidas pelos técnicos educacionais, e as técnicas desta pesquisa buscam como prioridades trabalhar com os alunos e professores, pois acreditam que o processo de ensino e aprendizagem pode melhorar, se os alunos e professores estiverem sendo acompanhados e avaliados continuamente.

Constitui condição importante para que o Orientador Educacional exerça suas atribuições, a contento, o conhecimento das pessoas, principalmente dos alunos. Quanto mais sistemático, completo profundo e acurado for este conhecimento, maior a probabilidade de seu trabalho se tornar mais fácil e eficaz. (GIACAGLIA; PENTEADO, 2010: 252).

Os técnicos educacionais precisam sim trabalhar com os alunos. Afinal todo trabalho desenvolvido numa instituição de ensino tem como objetivo promover um ensino de qualidade para os mesmos. A melhor forma de alcançar esse objetivo é conhecendo as necessidades e anseios dos alunos.

Quando perguntado às técnicas educacionais na questão 2. **O que você diria sobre: suas condições de trabalho; sua remuneração e os recursos materiais disponíveis?**

Visualizando os relatos contidos no quadro 3 percebe-se que os anseios e desejos das técnicas sobre suas condições de trabalho. As entrevistadas sentem dificuldades, pois não é disponibilizado um espaço específico para desempenharem suas funções.

Entrev.	Condições de trabalho	Remuneração	Recursos
T ₁	<i>São moderadas. Tenho algumas dificuldades desempenhar o meu papel, mas são superáveis.</i>	<i>Acredito que poderia ser bem mais valorizada, já que desempenho várias funções dentro da escola.</i>	<i>Lamento não ter uma sala montada para os meus atendimentos.</i>
T ₂	<i>Na escola não tem espaço apropriado para desenvolver meu trabalho.</i>	<i>É razoável.</i>	<i>Com relação aos recursos a escola tem o mínimo possível, o qual vou me adequando.</i>
T ₃	<i>As minhas condições de trabalho são razoáveis, pois não disponho de uma sala adequada para atender individualmente alunos, pais e professores e isso dificulta um pouco o meu trabalho.</i>	<i>A minha remuneração fica em torno de R\$ 2.900,00. Valor este que poderia ser maior diante de tantas atribuições.</i>	<i>Na escola dispomos de vários recursos materiais como notebook, projetor de multimídias, impressoras.</i>
T ₄	<i>Não há uma sala para desempenhar as atividades, divido o espaço com a direção e a secretaria. Não há condições de concentração e de fazer atendimento individual.</i>	<i>Comparada a importância do trabalho e comparando com a remuneração de outros profissionais de nível superior, o técnico educacional tem a pior remuneração.</i>	<i>A direção da escola sempre disponibiliza os recursos materiais necessários para o desempenho de minhas funções.</i>

Quadro 3. Os técnicos e uma visão ampliada sobre suas condições de trabalho.

Ainda verificou-se no quadro acima que as técnicas educacionais, quanto à remuneração, a maioria concorda que o salário é razoável. Todavia essa maioria acha que poderia ser maior, pois os mesmos desempenham inúmeras funções. No que diz respeito aos recursos a maioria das entrevistadas afirmam que a escola disponibiliza os materiais, apenas a T1 possui uma resposta diferente, ela afirma que precisa mesmo é de uma sala.

Conforme GIAGAGLIA e PENTEADO (2010:127), quanto às instalações, é essencial que o SOE disponha de um local próprio, de uso exclusivo, onde não sejam desenvolvidas outras atividades.

Em condições ideais, esse serviço contará com três salas: uma pequena, que possa ser fechada com chave, isolada de ruídos e de passagens de pessoas, usada para entrevistas, aconselhamento e aplicação de instrumentos de medida; uma, de tamanho médio, situada em local de fácil acesso, funcionando como sala de recepção; e uma terceira sala, de tamanho maior que as das outras duas, para ser usada em reuniões ou trabalhos em grupo.

As autoras definem bem como deveria ser o espaço físico de trabalho do técnico, e evidente que o técnico precisa de privacidade para desempenhar algumas de suas funções isso as autoras deixam bem claro, logo é possível compreender as respostas das entrevistadas. A escola precisa oferecer esse espaço físico para que esse profissional alcance ainda mais seus objetivos propostos.

Diante dessa situação é evidente que o técnico desenvolve seu trabalho, porém ambos não estão satisfeitos com a valorização da profissão, todos acreditam que por exercerem várias atribuições deveriam ser considerados como um membro fundamental no grupo de trabalho.

Dando prosseguimento a entrevista perguntou-se às entrevistadas na questão **3: O que você julga ser fundamental para um profissional ocupar essa função?** Obteve-se o seguinte resultado como demonstra no gráfico 1, que destaca os critérios e valores necessários para atuar no cargo de técnico.

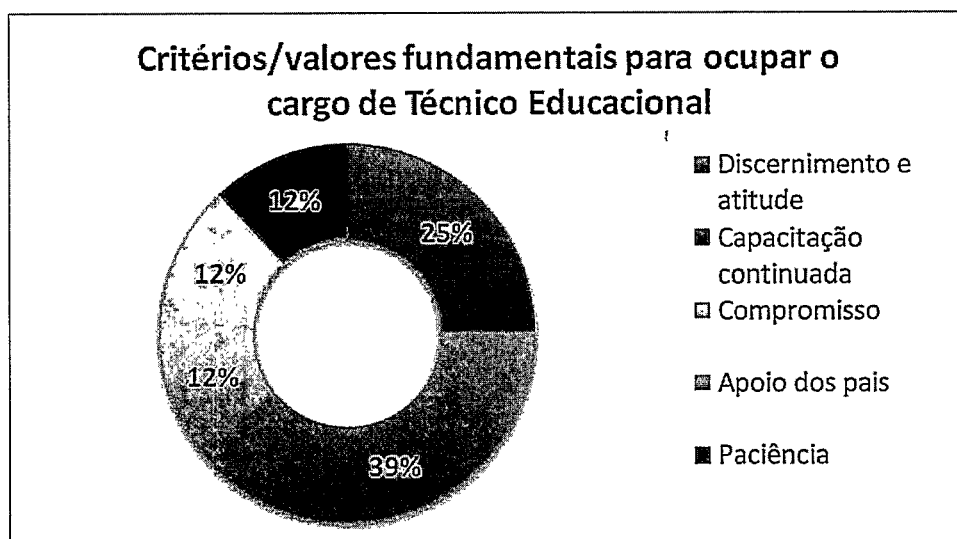


Gráfico 1. CrITÉRIOS/valores fundamentais para ocupar o cargo de Técnico Educacional.

Conforme as respostas das entrevistadas pode-se dizer que para ocupar o cargo de técnico educacional é preciso principalmente que todos os profissionais estejam sempre atualizando e buscando novas capacitações para sua área de atuação, bem como possuir discernimento, atitude, paciência e compromisso com o trabalho sem contar a necessidade do apoio dos pais.

Continuando a entrevista com os técnicos educacionais perguntou-se na questão 5: **Quais os maiores desafios que o técnico educacional enfrenta no exercício de sua função?** O gráfico 2 traz o resultado em que metade dos entrevistados (50%) disseram que é a falta de acompanhamento dos pais.

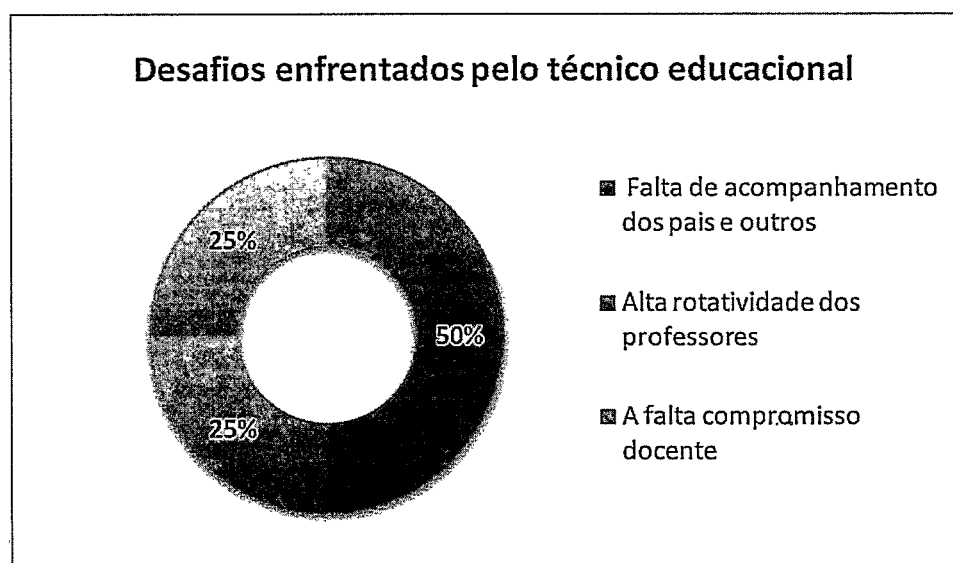


Gráfico 2. Desafios enfrentados pelo técnico educacional.

As respostas das entrevistadas foram bem firmes e seguras e mostram claramente que o problema de acompanhamentos dos pais deixa muito a desejar isso reflete diretamente no comportamento dos alunos. Dessa forma surge a indisciplina na sala de aula, e sem a presença da família na escola é difícil resolver esse problema.

Esse é um dos motivos pelo qual as instituições de ensino e o técnico não conseguem desempenhar um trabalho de qualidade e outros desafios citados tinham ligação com os professores. Ressalta-se aqui que o Artigo 1º da LDB nº 9.394/1996, demonstra claramente que a educação acontece primeiramente na família. Dessa forma normatiza o quanto a família é indispensável na formação dos alunos.

Deve trabalhar em parceria com escola, visando um trabalho coletivo onde os pais ajudam a escola e a escola ajuda a família contribuindo assim para um bom desenvolvimento do educando. "A parceria constitui o encontro de diferentes para realizar um projeto comum". (ORSOLON, 2010:179).

Perguntou-se as técnicas na questão 6. **A quem ou a que você recorre quando precisa de ajuda ou quer trocar experiências?** O gráfico 3 mostra que a maioria das técnicas dissera, recorrer à pesquisas pela internet com 27%, seguida da busca por leituras pedagógicas (25%). Contudo ressaltaram que procuram o diretor da escola (14%) e outros 14% destacam a necessidade de formação continuada.

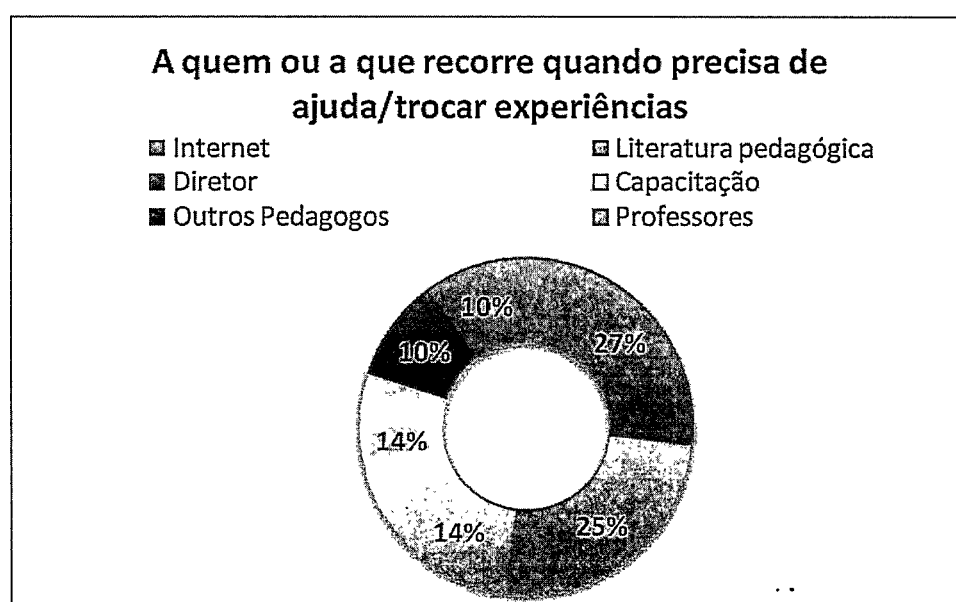


Gráfico 3. A quem ou a que recorre quando precisa de ajuda/trocar experiências.

De acordo com as respostas das entrevistadas pode-se observar que em sua maioria os entrevistados confirmaram que recorrem para ajuda, primeiramente, da internet. Fica evidente que os técnicos são responsáveis até mesmo pela equipe de apoio próprio, ou seja, eles devem promover a própria ajuda e geralmente eles fazem isso segundo um relato informal de umas das técnicas por meio de reuniões onde os mesmos planejam as reuniões com base em suas dificuldades diárias.

No sentido de conhecer ainda mais o dia a dia das técnicas educacionais deu-se continuidade na entrevista, indagando-os ainda mais sobre as formas que eles acreditam que é visto seu trabalho. Nesse sentido, para saber a visão de outros profissionais sobre a função de técnico perguntou-se na questão 7: **Você acha que os outros profissionais respeitam e entendem seu trabalho?**

Conforme o depoimento dos entrevistados observou-se que todos acreditam que são respeitados, porém afirmam que existe ainda uma rejeição por parte de alguns dos professores, segundos os mesmos isso se deve pelo fato de ainda serem visto como, agentes fiscalizadores que contarão tudo para o diretor e isso ocorre pois a escola ainda não tem uma definição exata para o trabalho do técnico. Desta forma ressaltou aqui as respostas dadas pelos técnicos entrevistados.

Parcialmente. Tem professor dentro da escola que tem o técnico como um fiscalizador apenas. (T1)

Alguns sim, pois percebo que ainda existe uma rejeição por parte de alguns colegas, estou para contribuir quando as sugestões são dadas muitos não aceitam. (T2)

A maioria respeita, no entanto alguns ainda não assimilaram bem qual é a nossa função dentro da escola, e as vezes sentem-se incomodadas com a presença do técnico educacional, pois acreditam que não precisam desse profissional. (T3)

Sim. Todos sempre recorrem as minhas orientações.(T4)

Dando ênfase ainda a entrevista os técnicos discorreram sobre a relação com outros profissionais da instituição, conforme mostra a questão 8. **Descreva sua relação como diretor/equipe diretiva. O que eles esperam de você? Você corresponde? Acha que deve corresponder?**

De acordo com as respostas dos técnicos pode-se dizer que todos possuem um bom relacionamento profissional devido ao trabalho em equipe. A equipe diretora espera que eles contribuam no melhoramento do ensino aprendido. As

profissionais aqui entrevistadas se esforçam ao máximo para corresponder ao que é desejado. Portanto seguem-se aqui as falas das técnicas entrevistadas.

Procuro me dar bem com todos da escola, manter um relacionamento amigável, principalmente com a diretora, pois estou próxima dela. Acredito que ela espera que o processo de ensino aprendizagem seja satisfatório. Portanto, procuró focar nisso. (T1)

Bem temos uma relação amigável e profissional acredito que trabalhamos de fato em equipe. Nosso trabalho rende e posso dizer que temos bons resultados no processo educacional, tendo como foco principal a aprendizagem do aluno. (T2)

A minha relação com a equipe diretiva é boa. Eles esperam que eu possa contribuir para a melhoria nos índices de aprovação, bem como no acompanhamento das atividades pedagógicas da escola. Eu acredito e me esforço para colaborar com o grupo para que juntos alcancemos os objetivos e metas projetadas. (T3)

Tenho uma boa relação com a direção da escola. Oriento nas tomadas de decisão quanto às questões legais e quanto ao planejamento das atividades e programações. (T4)

Dando continuidade nas questões finais da entrevista. Foi perguntado na questão 9: **Pensando na sua função hoje, nas demandas de seu dia a dia, você acha que precisa rever seus conhecimentos enquanto pedagogo?** O quadro 4 discorre as respostas dadas pelos técnicos.

Entrev.	Relatos dos técnicos
T ₁	<i>Sempre precisamos. Acompanhar as mudanças é necessário para todo e qualquer profissional.</i>
T ₂	<i>Acredito que sim, porque sempre estamos aprendendo com experiências de profissionais que ainda não vivemos. E no campo educacional temos muitos autores que escrevem sobre assuntos relacionados a nossa prática e função que desenvolvemos.</i>
T ₃	<i>Sim, acredito que preciso buscar sempre me atualizar, revendo meus conhecimentos a fim de melhorar cada vez mais minha atuação enquanto técnica educacional.</i>
T ₄	<i>Sim. Na educação, seja qual for a função cada dia é um novo desafio e o técnico educacional é a pessoa na escola a quem todos recorrem nos momentos de dúvida, portanto, a busca de conhecimento e ampliação dos mesmos deve ser constante.</i>

Quadro 4. Enquanto pedagogo na atualidade, você acredita que precisa rever seus conhecimentos?

Diante das perguntas todos os entrevistados afirmam que é preciso rever os conhecimentos, pois é necessário devido às mudanças que ocorrem no dia a dia, e o técnico como qualquer outro profissional precisa se atualizar sempre, afinal a

qualquer momento eles podem se deparar com novas experiências e precisam saber agir e quanto mais conhecimento maior será a chance de solucionar o desafio.

Concordo plenamente com todas as respostas dos técnicos, pois grandes e surpreendentes são os desafios que surgem diariamente na vida do pedagogo. Sem contar que a falta de preparação que influencia direto na qualidade do trabalho, pois o profissional deve rever seus conhecimentos diariamente.

Para finalizar a entrevista com os técnicos realizei a seguinte pergunta na questão 10. **O que considera necessário para melhorar sua atuação?** Analisando o quadro 5 pode-se perceber o que é preciso para melhorar o trabalho do técnico educacional.

Entrev.	Relatos Dos Técnicos
T ₁	<i>Unidade e cooperação dentro da escola.</i>
T ₂	<i>Na realidade precisamos de mais cursos de capacitação na nossa função e um apoio expressivo dos pais junto aos filhos para que a escola como um todo tenha sucesso no rendimento escolar no que se refere à aprendizagem.</i>
T ₃	<i>Eu considero essencial a busca permanente por formação, aperfeiçoamento, bem como ter um bom relacionamento com todos os servidores, alunos e a família a fim de que juntos possamos garantir uma educação de qualidade.</i>
T ₄	<i>Local adequado e mais formação.</i>

Quadro 5. O que é necessário para melhorar sua atuação?

De acordo com as entrevistadas, há necessidade de realização de cursos para a capacitação e aperfeiçoamento das técnicas de trabalho. Um apoio maior por parte de todos os membros das instituições de ensino principalmente da família.

Com base nas afirmações dos técnicos percebe-se que os mesmos precisam de formação continuada para sua atuação, haja em vista que assim como os professores eles são pedagogos que trabalham com educação. Por sua vez exige muito do profissional que precisa se adequar sempre as novas formas de ensino, e mais esse profissional precisa de mais formação porque não trabalha só com alunos, ele trabalha com educadores formados e especialistas em suas áreas.

Diante desses profissionais o técnico deve prestar auxílio, e para prestar ajuda a profissionais especialistas demanda-se que o mesmo conheça a sua função e mais, conheça um pouco dos conteúdos trabalhados por cada professor. Para assim poder ter argumentos na hora de dialogar com esses profissionais transmitindo aos mesmos a segurança e conhecimento que ele possui.

A prática da supervisão igualmente exige uma constante avaliação crítica de seu próprio desempenho, levando-o a um esforço continuado de aperfeiçoamento como técnico, mas, especialmente, como pessoa. [...]. Dessa forma, diariamente o supervisor precisa desenvolver flexibilidade, atualização e renovação, buscando integrar o coletivo, analisar casos e estudos de temas através da observação, entrevistas e reuniões. (VIEW, 2007: 19, 20).

Dessa forma, o técnico desenvolve as funções de orientação e supervisão desta forma esse profissional assim como o autor menciona ele deve se avaliar e se aperfeiçoar e renovar seus conhecimentos continuamente para que assim possa desenvolver uma ação integrada, onde todos possam se expressar e compartilhar informações, onde o trabalho coletivo faça de fato a diferença dentro da escola e assim o ensino aprendido seja de qualidade.

O trabalho do técnico na escola deve ser mais frequente, e mais claro onde todos possam compreender a real função do mesmo no espaço escolar, e deve ter como influencia o desenvolvimento de todo o corpo pedagógico da escola e da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou e identificou os desafios vivenciados pelos técnicos educacionais na função de orientação e supervisão escolar, sob os olhares de técnicos educacionais do ensino fundamental do Município de Itaituba-PA. Tendo em vista que o trabalho do técnico educacional nos dias atuais é indispensável para o desenvolvimento ocorrido nas escolas.

O técnico de hoje é o supervisor e o orientador de antes, todavia essa função passou por inúmeras mudanças e transformações, isso se deu pelo fato de que cada estado fica responsável por adequar o sistema de ensino conforme as necessidades do local. Sendo assim o orientador e o supervisor que antes trabalhava em uma área específica teve que se enquadrar as mudanças das escolas que visa hoje desenvolver o trabalho coletivo dentro da escola.

E essa mudança fez com que as escolas se adaptassem conforme as mudanças sociais, políticas e econômicas e o curso de Pedagogia que é responsável por formar os técnicos de hoje também passou por grandes transformações, se adequando as demandas da sociedade e aprimorando o seu currículo a fim de promover um ensino de qualidade para os profissionais da educação.

Evidenciou-se ainda que as transformações ocorridas no curso de pedagogia influenciaram diretamente no trabalho da equipe de apoio dos professores, que tiveram seu trabalho unificado, ampliado e multiplicado. Neste caso surgindo uma nova função conhecido nos dias atuais como Técnicos Educacionais, esses por sua vez ainda vem buscando definir seus conceitos, e atribuições no âmbito escolar.

O técnico vem tentando demonstrar que ele é um profissional que vem a somar dentro da escola, que tem como compromisso prestar auxílio aos professores, alunos, e ao mesmo tempo integrar a família no desenvolvimento das práticas pedagógicas realizadas pelas escolas.

Aos poucos esse profissional vai desenvolvendo inúmeras tarefas que transformam a escola em um espaço de ensino compartilhado onde todos os membros da instituição e da comunidade são ouvidos e as informações obtidas nas reuniões desse grupo são utilizadas para construir o projeto pedagógico

desenvolvido nas escolas, construindo assim um sistema de ensino aprendizagem mais forte e eficiente.

Portanto através das demonstrações das análises, das discussões dos resultados obtidos nas entrevistas, obteve-se a compreensão de que o técnico desenvolve seu trabalho nas escolas por meio do trabalho coletivo com alunos e professores, ele faz acompanhamento aos alunos e professores, promovem cursos de formação para os professores e encontra-se a frente da montagem do plano pedagógico das escolas.

Desta forma seu trabalho nas escolas públicas, nem sempre é compreendido principalmente por parte dos professores que em alguns casos desconhecem a função do técnico, e acaba por julgá-lo como um inspetor que está ali para denunciar as irregularidades dos mesmos para a direção. E não percebem que este profissional trabalha juntamente com a direção no sentido de contribuir para o processo de ensino e aprendizagem.

O técnico, neste contexto vem tentando demonstrar o seu trabalho, todavia ele se depara com vários desafios que começa pela definição do seu trabalho, pelo acúmulo de funções, pela falta de um espaço adequado para fazer seus atendimentos com alunos e professores, pela falta de compreensão dos professores sobre a função do técnico e principalmente como foi citado nos relatos dos técnicos das escolas 1, 2 o distanciamento da família com relação a escola, pois as famílias não fazem o acompanhamento dos alunos deixando todo o trabalho da educação dos filhos nas mãos dos professores.

Portanto conclui-se esse que este trabalho proporcionou um olhar mais definido sobre as práticas dos técnicos educacionais nas escolas de ensino fundamental do Município de Itaituba Pará e demonstrando que a importância desse profissional é muito grande para o ensino aprendido logo merece toda atenção do estudo.

BIBLIOGRAFIA

AILDEFONSO, Edson Costa. **Gestão da Qualidade** – Espírito Santo, 2006.

ALVES, Ana Maria Lima de Souza. **Supervisor escolar: missão, exercício, desafios e perspectivas**, centro universitário de Patos de Minas 2012.

ANDREOTTI, Alzid Lina. **Administração Escolar na Era Vargas e no Nacional Desenvolvimentismo (1930-1964)**, revista Histedbr on-line, Campinas 2006. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p.102–123, ago. 2006.

AGUIAR, Lucia Aguiar. Desafios do coordenador pedagógico no processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. In: Almeida, Laurinda Ramalho de; Placco, Vera Nigro de Souza. **O coordenador pedagógico e o atendimento a diversidade**. Loyola, SP, 2010.

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. Um dia na vida de um coordenador pedagógico de escola pública. In: Placco, Vera Maria Nigro de Souza [et al]. **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. São Paulo: Loyola 2010.

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. A coordenação pedagógica no estado e São Paulo nas memórias dos que participavam de sua história. In: Placco, Vera Maria Nigro de Souza. **O coordenador pedagógico e o atendimento a diversidade**. São Paulo. Loyola, 2010.

BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **A ascensão da ação integralista brasileira (1932-1937)**¹. Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 6, n. 1/2/3, p.67-81, 2006. Disp. em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/viewFile/148/139> Acessado em 15 de julho de 2016.

BORGES, Pedro Faria. Gestão Escolar: Guia do diretor em dez lições. In: Borges Marina Rodrigues (org.); Rosa Maria Calaes de Andrade. **A Gestão da escola**. Porto Alegre/ Belo Horizonte, Artmed/Rede Pitágoras, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus. **Supervisão Pedagógica e Orientação Educacional; Fatores da Melhoria da Qualidade do Ensino**. 3ª ed. Brasília, 1980.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Ensino Médio. **Supervisão Pedagógica e Orientação Educacional: Fatores da melhoria da qualidade do ensino**. Brasília, 1977.

_____. **PARECER CNE/CEB Nº 16/99** Brasília 1999.

BRZEZINSKI, Iria. **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares**. ed. 3º. São Paulo: Cortez, 2010.

CLEMENTI, Nilba. A voz dos outros e a nossa voz: alguns fatores que intervêm na atuação do coordenador. In: Almeida, Laurinda Ramalho de; Placco, Vera Maria Nigro de Souza (org.) **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. ed. Loyola, SP, 2010.

CRUZ, Simone da Silva; SILVA, Sirleid de Souza da. **Pedagogia no Brasil: Reflexões sobre a formação de pedagogos** Revista Eletrônica Print by Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/revistalable>> Metavóia, São João del-Rei/MG, n.11, 2009.

FERREIRA, Aurelino Buarque de Holanda. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Ed. Nova Fronteira Rio de Janeiro, 2000.

FERRETTI, Celso João. **Uma nova Proposta de Orientação Profissional**. São Paulo: Cortez, 1988.

FERREIRA, Naura. S. Carapeto (org.). **A Supervisão e o Desenvolvimento Profissional do professor**. (Supervisão Educacional para uma Escola de Qualidade). São Paulo: Cortez 5º ed.2006.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Supervisão educacional: uma reflexão crítica**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GIACAGLIA, Lia R. Angeline, PENTEADO, Millan Alves Penteado. **Orientação Educacional na Prática: princípios, históricos, legislação, técnicas e instrumentos**. São Paulo: cengage Learning, 6º ed. 2010.

GIMENES, Oliveira Mendes; Martins, Adriana Auxiliadora. **Supervisão Escolar: Entre os ditames da legislação e os desafios da prática pedagógica**. Revista da Católica, Uberlândia, v.2, n.3. p. 380-390, 2010. Disponível em <catolicaonline.com.br/revistadacatolica> acessado em 13 de julho de 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** – 12.ed.- São Paulo. Cortez, 2010.

LOMONICO, Circe Ferreira. **Coordenador Pedagógico: o técnico e psicopedagogo institucional**. São Paulo: Edicon 2000.

LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 5. Ed. Brasília 2010

LÜCK, Heloisa. **Ação Integrada: Administração, Supervisão e Orientação Educacional**, 26. Ed. Editora vozes, Rio de Janeiro, 2008.

LÜCK, Heloísa. **Planejamento em Orientação Educacional**. 22º. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MEDINA. Antonia da silva. **Supervisão Escolar: Parceiro Político-pedagógico do Professor**. In: Celestino Alves da Silva Júnior; Mary Rangel(orgs). Nove olhares sobre a Supervisão. 16º ed. SP: Papirus 1997.

OLIVEIRA, Juscilene da S; Guimarães Márcia Campos Moraes. **O Papel do Coordenador Pedagógico no Cotidiano Escolar**. Revista Científica do Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues - ANO I - Edição I - Janeiro de 2013.

ORSOLON, L. A. M. O coordenador/ formador como um dos agentes de transformação da/na escola. IN. Almeida; Laurinda Ramalho de; Vera Maria Nigro de Sousa (org.) **O coordenador pedagógico e o espaço de mudança**. ed. Loyola, SP, 2010.

OLIVEIRA, Eloisa Gomes de; CORRÊA, Rosângela dos Santos. Ação da Supervisão Educacional e Formação Humana: interferência no processo de emancipação do homem por meio da atuação nos conselhos de educação. In: RANGEL, Mary; FREIRE, Wendel. **Supervisão escolar: avanços de conceitos**. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

RANGEL, Mary. [et al] . **Supervisão Escolar: Avanços de conceitos**. Editora. Wak, Rio de Janeiro. 2011

RIBEIRO, Maria T. de A. Freitas. **Orientação Educacional: Uma Experiência em Desenvolvimento**. São Paulo, 1984.

ROLLA, Luiza. de Souza. **Liderança Educacional: Um Desafio para o Supervisor escolar**. Porto Alegre RS: 2006

SALVADOR. Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer **Coordenador pedagógico: caminhos, desafios e Aprendizagens para a prática educativa** / Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Avante Educação e Mobilização Social. - Salvador, 2012. 92 p.

URBANETZ, Sandra Terezinha. **Orientação e Supervisão Escolar: caminhos e pespequitivas** Curitiba 2008.

VALÉRIO, Cristiana Rodrigues. **O Coordenador Pedagógico e o Processo de Ensino-Aprendizagem numa Escola Rural de Brazlândia**. Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica. Brasília (DF) 2013.

VIEW, Different. **O Trabalho do Coordenador Pedagógico como fator contribuinte do processo de Resiliência dos Professores no Ambiente Escolar**. Rio de Janeiro, 2007.

ZIPPIN, Miriam P. S Grinspun (org.). **A Prática dos Orientadores Educacionais**. São Paulo: Cortez, 7º ed. 2012.

APÊNDICE

FAI – FACULDADE DE ITAITUBA

ACADÊMICA: JANEIVA LAMEIRA SANTIAGO

TEMA: OS DESAFIOS DO TÉCNICO EDUCACIONAL NA FUNÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO EM ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE ITAITUBA/PA

Com o objetivo de realizar um estudo (monografia de graduação) sobre atuação do técnico educacional na função de supervisão e orientação escolar, procurando identificar quais os desafios encontrados nessa área, contamos com sua colaboração nesta pesquisa.

I. Identificação:

1. No ingresso por concurso público, qual o cargo/função para o qual concorreu?

2. Há quanto tempo atua neste cargo/função?

3. Possui Pós-Graduação? Qual?

4. Nesta unidade escolar, as atividades que você desempenha estão mais ligadas a qual das habilitações do Curso de Pedagogia?

() Orientação Escolar () Supervisão Escolar () Coordenação Pedagógica

() Desempenho todas as funções pedagógicas designadas pelo Curso.

() Outras. _____

II. Sobre a prática educacional:

1. Quais as atividades mais desenvolvidas por você na função de técnico educacional?

2. O que você diria sobre:

a) suas condições de trabalho:

b) sua remuneração:

c) os recursos materiais disponíveis:

3. O que você julga ser fundamental para um profissional ocupar essa função?

4. Você tem espaço para propor temas, dinâmicas, estratégias na formação de outros profissionais que coordena? Como se sente em relação a isso?

5. Em sua opinião, quais são as dificuldades que o técnico educacional enfrenta no exercício de sua função?

6. A quem ou a que você recorre quando precisa de ajuda ou quer trocar experiências?

- ☐ Diretor ☐ Professores ☐ Internet
☐ Literatura Pedagógica ☐ Outros pedagogos da minha função
☐ Outros. Quais? _____

7. Você acha que os outros profissionais respeitam e entendem seu trabalho?

8. Descreva sua relação com o diretor/equipe diretiva. O que eles esperam de você? Você corresponde? Acha que deve corresponder?

9. Pensando na sua função hoje, nas demandas de seu dia a dia, você acha que precisa rever seus conhecimentos enquanto pedagogo?

10. O que considera necessário para melhoria de sua atuação?

Agradecemos a colaboração!
